



Presidência da República

Contra a lógica do medo:
**Pela Liberdade e pelos
Direitos Humanos**

Pronunciamentos do Presidente da República

Contra a lógica do medo:
Pela Liberdade e pelos
Direitos Humanos

Pronunciamentos do Presidente da República

Sumário

Discurso do Senhor Presidente da República em Sessão Solene da Assembléia Nacional da República da França;	05
Discurso do Senhor Presidente da República na abertura do debate geral da 56ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas;	13
Discurso do Senhor Presidente da República na Conferência de abertura do Seminário da OAB sobre “Brasil Século XXI - Desafios, oportunidades e riscos da Globalização”;	21
Discurso do Senhor Presidente da República na Conferência sobre Transição e Consolidação Democráticas;	41
Discurso do Senhor Presidente da República na Solenidade de formatura dos alunos do Instituto Rio Branco e inauguração de Galeria de Fotos dos ex-Secretários-Gerais;	47
Discurso do Senhor Presidente da República no Dia da Cultura;	59

**Discurso do Senhor Presidente da
República em Sessão Solene da
Assemblée Nacional da
República da França**

Paris, 30 de outubro de 2001

Esta é a primeira vez que um Presidente do Brasil se dirige à Assembléia Nacional da França.

Recebam, Senhores Deputados, a mais calorosa saudação do Governo e do povo brasileiro.

Agradeço, honrado, a oportunidade de trazer-lhes a palavra de um país que renovou seu compromisso com a democracia e o desenvolvimento.

O Brasil sempre nutriu profunda admiração por esta Casa, que traz o timbre da história da França e da humanidade.

Somos parte de um continente que conquistou a independência sob a influência da luta memorável que se travou neste hemisfério pela liberdade e pela justiça.

Dá se seguiu um diálogo intenso com a França e seus intérpretes.

Sobretudo nos momentos de inflexão de nossa história. Lembro que a jovem Monarquia brasileira se consolidou tendo como eixo o *poder neutro* proposto por Benjamin Constant.

Depois, em 1889, optamos pela República, com lema positivista. A referência foi Auguste Comte, assimilado segundo as circunstâncias locais.

O positivismo no Brasil foi emblema do progresso material, ainda que sob o invólucro conservador da ordem.

A França também serviu de modelo à criação de importantes instituições brasileiras: o Museu de Belas Artes, o Instituto Histórico e Geográfico, a Academia Brasileira de Letras, a Universidade de São Paulo.

Sou egresso da Universidade de São Paulo, onde usufruí do legado que lá deixaram Roger Bastide, Claude Lévi-Strauss e Fernand Braudel.

Aprendi a sociologia do trabalho com Georges Friedmann e Alain Touraine, a quem tanto devo intelectualmente.

Nos anos sessenta, o exílio me trouxe a Paris. Vivi de perto os dias libertários de maio de 1968.

Estive em Nanterre, onde ensinei sobre a América Latina, mas aprendi bem mais.

Aprendi que o anseio de Tocqueville por um equilíbrio ideal entre liberdade e igualdade continuava a animar o espírito francês.

Lefort e Castoriadis colocavam a nu a experiência totalitária. A democracia era confirmada como método de satisfação individual e coletiva, para o que não faltava a contribuição de liberais refinados como Raymond Aron, a cujas aulas havia assistido muito antes, em 1961.

Mais tarde, nos anos setenta, lecionei na École des Hautes Études e, por generosidade de Michel Foucault, no Collège de France.

O ambiente não podia ser mais estimulante, inclusive pela abertura da

França aos exilados. Muitos fizeram deste país sua segunda pátria. A norma era a tolerância, a transigência, a aceitação do outro.

Das lembranças que guardo do período, esta talvez seja a que mais cultivo. A França, sempre identificada com os valores universais, para mim se tornou também sinônimo de pluralismo, ideal que me é muito caro, como a todos os brasileiros, produto que somos da integração contínua e duradoura de diferentes culturas.

Faço esta reminiscência em tom pessoal, mas sei de sua importância política.

O fato de duas grandes nações, como a França e o Brasil, partilharem valor tão essencial como o pluralismo é digno de louvor em qualquer circunstância.

Mas isto assume relevância especial na conjuntura em que vivemos.

Na onda dos atentados de 11 de setembro, o fanatismo dos terroristas parece encontrar eco no desejo nefasto de acirrar ânimos entre religiões ou culturas.

Nós nos opomos tenazmente ao discurso de que existe um choque de civilizações: de um lado, o “Ocidente” judaico-cristão; de outro, a civilização muçulmana.

Heterogêneas como são as duas tradições, a barbárie e o autoritarismo, infelizmente, brotaram em ambas, mas também mereceram o repúdio dos segmentos mais lúcidos de cada uma delas.

Recordo Albert Camus e sua visão de que “pour faire triompher un principe c’est un principe qu’il faut abattre”.

Que saibamos fazer eco ao grande escritor.

Contra o medo e o irracionalismo, façamos prosperar o diálogo e a cooperação, valores que sabemos inscritos em todas as civilizações.

É preciso reagir com determinação ao terrorismo, mas ao mesmo tempo enfrentar, com igual vigor, as causas profundas e imediatas de conflito, de instabilidade, de desigualdade.

Não podemos mais suportar a carga de sofrimento, violência e intolerância que há muito impede que se chegue a uma solução justa e duradoura para o conflito entre israelenses e palestinos.

Assim como apoiou em 1948 a criação do Estado de Israel, o Brasil hoje reclama passos concretos para a constituição de um Estado Palestino democrático, coeso e economicamente viável.

O direito à autodeterminação do povo palestino e o respeito à existência de Israel como Estado soberano, livre e seguro são essenciais para que o Oriente Médio possa reconstruir seu futuro em paz.

Países como a França e o Brasil estão mais do que credenciados a assumirem um papel ativo na modulação de uma ordem mais imune ao dogmatismo e à exclusão.

Por história e formação, somos fadados ao universalismo.

Se existe uma afinidade clara entre o Quai D'Orsay e o Itamaraty, é exatamente a convicção de que o respeito à diversidade é condição sem a qual não se realiza o diálogo.

Este é o método de nossa ação externa, uma ação que se distingue pela variedade de interlocutores.

Na França e no Brasil, a vocação universalista tem sido explorada a partir da integração com os vizinhos.

O Mercosul é tão importante para o Brasil quanto a União Européia o é para a França.

Jean Monnet se dizia satisfeito em perceber que a integração européia não se amparava na letra de Tratados, mas na mente das pessoas.

Diria o mesmo do Mercosul, que deixou de ser projeto de Governos para se transformar em projeto de sociedades.

Acima dos obstáculos ocasionais, que são comuns sempre que se busca a integração de vontades soberanas, está a determinação de avançar uma experiência de grande importância para a região e seu intercâmbio com o mundo.

Acredito na associação entre o Mercosul e a União Européia, que pode vir a ser um dos padrões de convivência que esperamos prevaleçam após a crise.

Em quaisquer circunstâncias, o Brasil buscará associar-se à União Européia e conta com o apoio da França.

Cumpra estar atento ao princípio da equidade.

Aos ganhos de um lado deve corresponder o atendimento às expectativas do outro.

O interesse básico do Mercosul é de maior acesso ao mercado agrícola comum e de poder competir em igualdade de condições em terceiros mercados.

A proposta do Mercosul acaba de ser apresentada.

Acredito ser uma boa proposta. Mas estou convencido de que podemos fazer mais, e convido os empresários e os negociadores dos dois lados a fazerem um esforço adicional para incluir um universo mais amplo de produtos.

Com efeito, devemos dar um sinal claro de que estamos dispostos a avançar rápido na construção de um acordo de livre comércio.

Se acreditamos de fato no livre comércio, cabe ao Mercosul e à União

Européia a adoção de medidas efetivas contra o protecionismo.

Entretanto, o preço desta mudança não deveria ser pago apenas pela França, uma vez que outros países mais poderosos continuam a subsidiar fortemente seus produtos agrícolas.

A convergência de nossos blocos contribuirá para que a próxima rodada da Organização Mundial do Comércio satisfaça aos anseios de todos, de forma equitativa.

A ameaça de um novo ciclo recessivo é demasiado presente para que se desperdice a oportunidade de relançar em Doha as negociações comerciais multilaterais.

É também hora de controlar a instabilidade dos fluxos financeiros.

Se o mercado é o instrumento mais eficiente para a geração de riqueza, é preciso impor limites a suas distorções e abusos.

Ousemos, se necessário, tributar o movimento dos capitais para assegurar liquidez às economias emergentes e recursos para combater a pobreza, a fome e as doenças nos países mais carentes.

Dizia Montesquieu que o comércio tem a virtude de civilizar os costumes políticos, inibindo a discórdia, favorecendo a moderação.

Falava do *doux commerce*.

Oxalá a economia do futuro proporcione esse importante ganho adicional.

Não nos esqueçamos, de todo modo, que o fortalecimento da democracia constitui um fim em si mesmo, inclusive no plano das relações entre os Estados.

Ordem alguma se revelará legítima sem o concurso daqueles a que se destina.

Para não falar de sua eficácia, que será sempre função do consentimento das Partes.

Assim se justifica o pleito pela democratização dos mecanismos decisórios de poder, o que inclui o Conselho de Segurança das Nações Unidas, que deve ser ampliado e reformado para melhor refletir a realidade em que hoje vivemos.

As instituições da governança internacional foram concebidas para reger o mundo da Guerra Fria.

É chegado o momento de atualizar essas instituições às circunstâncias do século XXI.

Neste começo de século, enfrentamos de novo a oposição entre barbárie e civilização. A barbárie não é somente a covardia do terrorismo, mas também a intolerância ou a imposição de políticas unilaterais em

escala planetária.

Não devemos permitir que a lógica do medo substitua a lógica da liberdade, da participação, da racionalidade.

A nova ordem não pode prescindir tampouco do reforço da proteção dos direitos humanos.

Ela tampouco pode prescindir da proteção do meio ambiente. Daí nosso apoio vigoroso ao Protocolo de Kyoto.

O Brasil está concluindo os procedimentos necessários à ratificação do estatuto do Tribunal Penal Internacional.

São instrumentos como o TPI que revigoram nossa confiança na cooperação entre os Estados.

E até nos fazem acreditar na possibilidade de um novo contrato internacional.

Um contrato que atenda à segurança dos Estados e também promova o desenvolvimento sustentável, a democracia e os direitos humanos.

Um contrato que atualize a utopia da fraternidade entre os povos, que tanto mobilizou esta Assembléia em seus primeiros dias.

Um contrato que dissemine uma nova ética.

Se é certo que a globalização aproxima mercados e sistemas produtivos, **não é menos certo que a paz no mundo depende da difusão de uma ética da solidariedade.**

O Brasil já demonstrou sua solidariedade ao reduzir, quase anulando, as dívidas de vários países pobres tanto da África quanto da América Latina.

Se o Brasil já pôde fazê-lo, por que outros países mais desenvolvidos não poderiam fazer o mesmo?

Esta solidariedade não dispensa a ação dos Estados.

Antes a exige.

Sabemos que o interesse geral pode reclamar restrições à soberania estatal, mas a soberania popular não prospera sem presença ainda maior dos Estados Nacionais.

O pluralismo cultural também requer que as sociedades estejam organizadas em Estados ativos e radicalmente democráticos, que respeitem o sentimento e a autonomia dos povos.

Por salutar que seja a intervenção direta de novos atores no debate internacional, as possibilidades reais de mudança passam pela mediação dos Estados.

O contrato que antevejo se dá, portanto, entre Estados. Mas Estados que não sufoquem as nações, senão que sejam delas súditos.

Isto se impõe sobretudo nos momentos de crise, que podem ser fecundos.

O paradoxo das situações de crises é exatamente o de criar ambiente propício à revisão de paradigmas.

Expandem-se as fronteiras do possível.

Lutemos por uma nova ordem mundial que reflita um contrato entre nações realmente livres, e não apenas o predomínio de uns Estados sobre outros, de uns mercados sobre outros.

Mas isto exige ousadia. Em idéias e atos.

Esta é a tradição da França e, na medida de suas possibilidades, também a do Brasil.

É mais do que oportuno que saibamos intensificar ainda mais nosso diálogo, um diálogo de séculos, pleno de realizações, mas também de promessas não concretizadas.

Que nosso diálogo neste início de século se nutra de esperanças, mas nos leve à construção de um caminho comum e venturoso, é o meu desejo.

Agradeço, uma vez mais, em nome de meu país, a gentileza do convite para ocupar esta nobre tribuna.

Muito obrigado.

**Discurso do Senhor Presidente da
República na abertura do debate geral da
56ª Sessão da Assembléia Geral das
Nações Unidas**

Nova York, 10 de novembro de 2001

Ao saudar Vossa Excelência, Senhor Presidente, presto tributo à República da Coréia, que dá ao mundo um exemplo de dedicação à paz e ao desenvolvimento.

Reitero minha admiração ao Secretário-Geral Kofi Annan, que junto com a ONU recebeu a merecida homenagem do Prêmio Nobel da Paz. Mais do que nunca, precisamos agora de sua lucidez e coragem no esforço de construção de uma ordem internacional pacífica, democrática e solidária.

Só o fanatismo se recusa a ver a grandeza da missão das Nações Unidas e de Kofi Annan.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores,

Por uma tradição que remonta aos primórdios desta Organização, o mês de setembro em Nova York é marcado por uma celebração do diálogo: a abertura do debate desta Assembléia Geral.

Não foi assim este ano.

A ação mais contrária ao diálogo e ao entendimento entre os homens marcou o mês de setembro em Nova York, como também em Washington: a violência absurda de um golpe vil e traiçoeiro dirigido contra os Estados Unidos da América e contra todos os povos amantes da paz e da liberdade.

Foi uma agressão inominável a esta cidade, que, talvez mais do que qualquer outra, é símbolo de uma visão cosmopolita.

Uma cidade que sempre acolheu indivíduos de toda parte, como aos judeus holandeses de origem portuguesa que no século XVII se transferiram do Brasil para a então Nova Amsterdã.

Nova York cresceu, prosperou e firmou-se dentro dos valores do pluralismo.

Fez-se grande e admirada não só por sua herança judaica, anglo-saxã, mas também pela presença árabe, latina, africana, caribenha, asiática.

Os atentados de 11 de setembro de 2001 foram uma agressão a todas essas tradições. Uma agressão à humanidade.

Como primeiro Chefe de Estado a falar nesta sessão da Assembléia Geral, quero ser muito claro, como o fiz na própria manhã daqueles horríveis atentados e nos contatos com o Presidente George W. Bush: o Brasil empresta integral solidariedade e apoio ao povo norte-americano em sua reação ao terrorismo.

Para nós, todo o continente americano foi atingido. Daí nossa iniciativa de propor a convocação do órgão de consulta do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

O terrorismo é o oposto de tudo o que a ONU representa. Destrói os

princípios de convivência civilizada. Impõe o medo e compromete a tranquilidade e segurança de todos os países.

As vítimas de qualquer ato terrorista não estarão sozinhas, e seus responsáveis – indivíduos, grupos ou Estados que os apóiem – não ficarão impunes. Encontrarão nos povos livres uma aliança sólida disposta a levantar barreiras contra a marcha da insensatez.

A Carta das Nações Unidas reconhece aos Estados membros o direito de agir em auto-defesa.

Isto não está em discussão.

Mas é importante termos consciência de que o êxito na luta contra o terrorismo não pode depender apenas da eficácia das ações de auto-defesa ou do uso da força militar de cada país.

O compromisso das Nações Unidas, em 1945, foi o de trabalhar para fundar a paz e preservar as gerações futuras do flagelo da guerra.

A guerra tem sempre um pesado custo humano.

Um custo em vidas interrompidas, em vidas refugiadas e amedrontadas.

Tudo isso realça a responsabilidade dos terroristas pelo que sucede hoje.

O Brasil espera que, apesar de todas as circunstâncias, não se vejam frustradas as ações de ajuda humanitária ao povo do Afeganistão.

Mais ainda: dentro de nossas possibilidades, estamos dispostos a abrigar refugiados que queiram integrar-se ao nosso país.

Há coisas que são óbvias, mas que merecem ser repetidas: a luta contra o terrorismo não é, nem pode ser, um embate entre civilizações, menos ainda entre religiões.

Nenhuma das civilizações que enriquecem e humanizam nosso planeta pode dizer que não conheceu, em seu próprio interior, os fenômenos da violência e do terror.

Em todo o mundo, problemas de segurança pública, consumo e tráfico de drogas, contrabando de armas, lavagem de dinheiro são males afins ao terrorismo, que devemos extirpar.

Quero sugerir, desta tribuna, a realização de uma campanha mundial de opinião pública que conscientize os usuários de drogas em todos os países para o fato de que estão, ainda que involuntariamente, contribuindo para financiar o terrorismo.

Se pretendemos estrangular o fluxo de recursos de que as redes ou facções terroristas se valem para espalhar a destruição e a morte, é imprescindível reduzir drasticamente o consumo de drogas em nossas sociedades.

Além disso, devemos evitar que as diferenças de regimes fiscais entre os países sirvam como instrumento para a evasão de divisas essenciais ao desen-

volvimento ou como proteção para as finanças do crime organizado, inclusive de ações terroristas.

Se a existência de paraísos fiscais for indissociável desses problemas, então não devem existir paraísos fiscais. Coloquemos um fim a esses abrigos da corrupção e do terror, até hoje admitidos complacentemente por alguns governos.

Senhor Presidente,

É natural que, após 11 de setembro, os temas da segurança internacional assumam grande destaque.

Mas o terrorismo não pode silenciar a agenda da cooperação e das outras questões de interesse global.

O caminho do futuro impõe utilizar as forças da globalização para promover uma paz duradoura, baseada, não no medo, mas na aceitação consciente por todos os países de uma ordem internacional justa.

Sobre essa questão, tenho procurado mobilizar as várias lideranças mundiais.

O Brasil quer contribuir para que o mundo não desperdice as oportunidades geradas pela crise de nossos dias.

Pensemos na causa do desenvolvimento, um imperativo maior.

Há um mal-estar indisfarçável no processo de globalização.

Não me refiro a um mal-estar ideológico, de quem é contra a globalização por princípio, ou de quem recusa a idéia de valores universais, que inspiram a liberdade e o respeito aos direitos humanos.

Mas ao fato de que a globalização tem ficado aquém de suas promessas.

Há um déficit de governança no plano internacional, e isso deriva de um déficit de democracia.

A globalização só será sustentável se incorporar a dimensão da justiça. Nosso lema há de ser o da “globalização solidária”, em contraposição à atual globalização assimétrica.

No comércio, já é hora de que as negociações multilaterais resultem em maior acesso dos produtos dos países em desenvolvimento aos mercados mais prósperos.

Os ministros reunidos em Doha têm uma pesada responsabilidade: a de fazer com que o novo ciclo de negociações multilaterais de comércio seja realmente uma “Rodada do Desenvolvimento”. Para isso, é indispensável avançar com prioridade nos temas mais relevantes para a eliminação das práticas e barreiras protecionistas nos países desenvolvidos.

O Brasil, que vem liderando negociações para garantir maior acesso aos mercados e melhores condições humanitárias para o combate às doenças, bus-

cará encontrar o ponto de equilíbrio entre a necessária preservação dos direitos de patente e o imperativo de atender aos mais pobres.

Somos pelas leis de mercado e pela proteção à propriedade intelectual, mas não ao custo de vidas humanas. Este é um ponto a ser criteriosamente definido. A vida há de prevalecer sobre os interesses materiais.

Senhor Presidente,

É necessário renovar as instituições de Bretton Woods e prepará-las para os desafios do século XXI.

É preciso dotar o FMI de mais recursos e de capacidade para ser um prestador de última instância, e atribuir ao Banco Mundial e aos bancos regionais o papel de promotores mais ativos do desenvolvimento.

Devemos reduzir a volatilidade dos fluxos internacionais de capital e assegurar um sistema financeiro mais previsível, menos sujeito a crises, na linha do que vem sendo proposto pelo G-20.

No mesmo sentido, embora não se ignorem as dificuldades práticas de um mecanismo como a “Taxa Tobin”, poderíamos examinar alternativas melhores e menos compulsórias.

Proponho que a Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento, a realizar-se no próximo ano em Monterrey, dedique especial atenção a essas questões.

Pensemos, também, em formas práticas de cooperação para amenizar o drama da AIDS, sobretudo na África.

Até quando o mundo ficará indiferente à sorte daqueles que ainda podem ser salvos das enfermidades, da miséria e da exclusão?

O final do século XX marcou o fortalecimento de uma consciência de cidadania planetária, alicerçada em valores universais.

O Brasil está decidido a prosseguir nessa direção.

O Tribunal Penal Internacional será um avanço histórico para a causa dos direitos humanos.

A proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável são também desafios inadiáveis de nosso tempo. A marcha das alterações climáticas é um fato cientificamente estabelecido, mas não é inexorável.

O futuro depende do que fizermos hoje, em particular com relação ao Protocolo de Quioto. O Brasil saúda o êxito da reunião de Marrakesh, que constitui passo decisivo para o controle e futura reversão do aquecimento da atmosfera. Estarei enviando mensagem ao Congresso Nacional com vistas à pronta ratificação do Protocolo de Quioto.

Os eventos atuais, inclusive nesta cidade, mostram a dimensão da ameaça das armas de destruição em massa.

Quer se trate de armas bacteriológicas, como o antraz, de armas químicas ou nucleares, não há alternativa ao desarmamento e à não-proliferação.

Impedir que a ciência e a tecnologia se transformem em arma dos insensatos é imperativo ético, que só se efetiva com a interferência ativa e legítima das Nações Unidas no controle, destruição e erradicação desses arsenais.

Senhor Presidente,

Assim como apoiou a criação do Estado de Israel, o Brasil hoje reclama passos concretos para a constituição de um Estado Palestino democrático, coeso e economicamente viável.

O direito à autodeterminação do povo palestino e o respeito à existência de Israel como Estado soberano, livre e seguro são essenciais para que o Oriente Médio possa reconstruir seu futuro em paz.

Esta é uma dívida moral das Nações Unidas. É uma tarefa inadiável.

Como inadiável é a superação definitiva do conflito em Angola, que merece a oportunidade de retomar seu caminho de desenvolvimento. O mesmo futuro o Brasil deseja ao Timor Leste, que esperamos ver em breve ocupando seu assento nesta Assembléia como representação soberana.

Para responder a problemas cada vez mais complexos, o mundo precisa de uma ONU forte e ágil.

A força da ONU passa por uma Assembléia Geral mais atuante, mais prestigiada, e por um Conselho de Segurança mais representativo, cuja composição não pode continuar a refletir o arranjo entre os vencedores de um conflito ocorrido há mais de 50 anos, e para cuja vitória soldados brasileiros deram seu sangue nas gloriosas campanhas da Itália.

Como todos aqueles que pregam a democratização das relações internacionais, o Brasil reclama a ampliação do Conselho de Segurança e considera ato de bom senso a inclusão, na categoria de membros permanentes, daqueles países em desenvolvimento com credenciais para exercer as responsabilidades que a eles impõe o mundo de hoje.

Como considera inerente à lógica das atuais transformações internacionais a expansão do G-7 ou G-8. Já não faz sentido circunscrever a um grupo tão restrito de países a discussão dos temas que têm a ver com a globalização e que incidem forçosamente na vida política e econômica dos países emergentes.

Senhor Presidente,

Uma ordem internacional mais solidária e mais justa não existirá sem a ação consciente da comunidade das nações.

É um objetivo demasiado precioso para ser deixado ao sabor das forças do mercado ou aos caprichos da política de poder.

Não aspiramos a um governo mundial, mas não podemos contornar a obrigação de assegurar que as relações internacionais tenham rumo e reflitam a vontade de uma maioria responsável.

A sombra nefasta do terrorismo demonstra o que se pode esperar se não formos capazes de fortalecer o entendimento entre os povos.

Esta Organização foi criada sob o signo do diálogo.

Diálogo entre Estados soberanos que sejam súditos de nações livres, cujos povos participem ativamente das decisões nacionais.

Com sua ajuda, vamos fazer com que o século XXI não seja o tempo do medo. Que seja o florescimento de uma humanidade mais livre, em paz consigo mesma, na caminhada sensata para a construção de uma ordem internacional legítima, aceita pelos povos e ordenadora das ações dos Estados no plano global.

Este é o desafio do século XXI.

Saibamos enfrentá-lo com a visão grandiosa dos fundadores desta Organização, que sonharam com um mundo plural, baseado na Paz, na solidariedade, na tolerância, e na Razão que é a matriz de todo o Direito.

Muito obrigado.

**Discurso Discurso do Senhor Presidente
da República na Conferência de abertura
do Seminário da OAB sobre “Brasil Século
XXI - Desafios, oportunidades e
riscos da Globalização” -**

Conselho Federal da OAB - Brasília DF, 24 de outubro de 2001

Em primeiro lugar, quero expressar minha satisfação de comparecer mais uma vez à OAB. Tive o prazer de assistir à transmissão de cargo quando o doutor Reginaldo de Castro assumiu a presidência da OAB. Sou o primeiro Presidente da República que vem à OAB para participar de um debate. Isso, para mim, é muito significativo, porque mostra, por um lado, que a OAB está discutindo temas de grande relevância, que justificam, na agenda do Presidente, a sua presença e, por outro lado, que o clima de debate democrático, no Brasil, está consolidado. O Presidente vem, aqui, como um cidadão. E vem com tranquilidade.

Se me permitem, vou me afastar, como costumo fazê-lo, do texto escrito, para falar mais à vontade, mais amplamente, sobre o tema que me foi proposto.

Gostaria de dividir a minha exposição em dois momentos. Num primeiro momento, algumas reflexões, apenas reafirmando algo que já foi dito aqui pelo Doutor Approbato, que teve a gentileza de citar algum pronunciamento meu, sobre a questão mais genérica da globalização e dos desafios que se colocam a todos os países, e ao nosso, em particular, nesse contexto.

Em um segundo momento, procurarei indicar os caminhos a serem trilhados para que tenhamos uma inserção soberana nesta nova ordem global que está se formando.

O tema de globalização, embora tenha ganho ímpeto recentemente, não é novo. O grande debate sobre a expansão do capitalismo, no século XIX e mesmo antes, já era o debate da globalização. Todos os que pensaram sobre a formação do sistema capitalista, dos conservadores até Marx, mencionavam a tendência à expansão de um mesmo sistema produtivo e a tendência de que, pouco a pouco, se consolidasse uma ordem mundial.

Já no século XX, alguns pensadores bastante críticos – Rosa Luxemburgo à frente – mostravam que existia uma tendência – no ver desses autores, incontestável – no sentido de uma homogeneização das forças produtivas, que imporia uma única ordem econômica. A discussão que se travou, mais tarde, foi para saber que ordem seria essa, se seria capitalista ou socialista. Mas se discutia com muita frequência que haveria uma ordem só, e por uma razão óbvia: as transformações tecnológicas foram de tal monta, que era fácil prever a expansão do sistema produtivo e, com ele, dos valores nele entranhados.

O que houve, recentemente, foi uma imensa aceleração desses processos, inclusive em função de transformações bastante aprofundadas no modo de produzir. E essas transformações estão aí – basta ler os jornais – no plano dos transportes e das telecomunicações. O computador, de certa forma, coroou

esse processo. Em um primeiro momento, o que chamava mais atenção era a homogeneização das formas de produção e sua dispersão no mundo.

Há muitas décadas, nos anos 60, quando trabalhava na ONU – na Comissão Econômica para América Latina, a CEPAL – escrevi um livro chamado “Dependência e Desenvolvimento na América Latina”, com um companheiro chileno, chamado Enzo Faletto. Naquela época, não existia a expressão “multinacional”. Não existia. O nome era “trusts”, cartéis. A expressão “multinacional” foi criada no fim dos anos 60 ou início dos 70. Para fazer referência a este processo, usei naquele livro a expressão – que hoje parece insuficiente – “internacionalização do mercado interno”. Mas não era apenas isso o que estava ocorrendo. Era isso também, mas estava ocorrendo uma internacionalização da produção.

A produção começava a se deslocar dos centros para os países da periferia, na linguagem que se usava na CEPAL de então, inspirada em Raúl Prebisch. Cada vez mais havia investimento na periferia.

Nos anos 70, isso gerou um debate intenso nos países de América Latina, porque muitos achavam que o desenvolvimento não ia acontecer, porque haveria uma aliança entre o imperialismo, assim chamado, e o latifúndio, que impediria o desenvolvimento desses países. Eu me pus do outro lado e disse: – não, já está havendo a transformação, já está havendo investimento em grande quantidade em alguns dos países do que se chamava a “periferia do sistema capitalista”.

O que estava ocorrendo era um processo que chamei, na época, de “desenvolvimento dependente associado”. Ou seja: havia uma associação e as forças produtivas se estavam integrando, com todas as transformações que isso produz nas relações de produção, nas relações societárias e na própria política, no modo como se concebe o papel do país no conjunto das nações, etc. Mas nós estávamos engatinhando nessa discussão.

Nos anos 70, entre economistas e sociólogos, voltaram à moda a economia internacional e a internacionalização. Já estava em marcha essa internacionalização. Nos anos 80, explodiu. Por quê? Porque com o computador e com a informação em tempo real, importa pouco onde está o “quartel-general”, a sede da empresa. Importa menos ainda onde é que se produz. Pode-se produzir dispersamente, no espaço. Tornou-se possível uma integração rápida, por meio das técnicas modernas de comunicação e de transporte. Isto é a base dessa internacionalização. O que ninguém imaginava é que, em vez de dar-se esse processo através de uma integração crescente apenas das forças produtivas, ele se deu através de uma integração rapidíssima do capital financeiro.

Então, o que hoje se chama vulgarmente de globalização é um processo que, em sua etapa final, alcança o sistema financeiro, que também se internacionalizou. Isso teve um efeito imenso no mundo, porque mudou até mesmo a capacidade dos Estados nacionais, mesmo os mais poderosos, de regular os fluxos de capital. Os Bancos Centrais ficaram pequenos diante da velocidade com que os fluxos privados de transferência de capital ocorrem. É um outro mundo.

Se eu quisesse ser provocativo, se não fosse Presidente, diria: é uma época “pós-imperialista”. Por quê? Porque na época chamada imperialista, a economia, as empresas e o mercado precisavam do Estado para se impor. Hoje, as grandes empresas querem tudo menos o Estado. Dispensam o Estado, do ponto de vista econômico. Do ponto de vista político, estamos vendo que é diferente, nos acontecimentos recentes. Estamos em outra época. E as pessoas, muitas vezes, custam a se adaptar às novas épocas. É uma época, se se quiser dar um nome, “pós-imperialista”. Há mecanismos que não dependem do poder estatal para que terem eficiência.

Quando terminou a Segunda Grande Guerra, houve também muita discussão sobre todas essas questões. É que a ordem se estava constituindo nos anos 40, portanto antes das grandes transformações às quais me referi, que são mais recentes, mas onde já se via que havia um problema. O que aconteceu? As grandes nações se organizaram. Criou-se o sistema das Nações Unidas e organizaram-se os mecanismos das instituições que hoje se chamam globais – mundiais, na época – que deveriam processar as relações entre as economias. A fixação, na época, era comercial.

O Fundo Monetário Internacional, nasceu aí, em Bretton Woods. O Banco Mundial também. Mas o Fundo Monetário, crescentemente, passou a ser uma instituição para cuidar da solvência dos países, porque no fluxo de comércio entre as nações, alguns Estados podiam ficar sem condições de pagar aquilo que deviam. Então, o Fundo Monetário era como se fosse um certo tipo de Banco Central, mas não com todas as funções de um Banco Central.

Os empréstimos do Fundo Monetário passaram a voltar-se, em larga medida, para ver se o país ia ser solvente ou não. E a solvência era fundamental para os países que eram os mais ricos e que vendiam. A questão era, então, ajustar o fluxo financeiro aos fluxos de comércio.

Muito bem, o processo que está ocorrendo agora não é apenas de desajustes dos fluxos de comércio. É de uma imensa transformação nos fluxos financeiros. O próprio Fundo Monetário ficou frágil – ao contrário do que muita gente pensa. Agora, fortaleceu-se um pouco. Mas ficou frágil diante do poder imenso, criado inclusive por essas novas tecnologias, do capital financeiro.

Lorde Keynes, que era uma pessoa de visão, propôs algo diferente, quando as instituições de Bretton Woods foram criadas. Elas eram, basicamente, duas: o Fundo Monetário e o Banco Mundial. O Fundo Monetário para acertar o regime de troca, para dar liquidez aos países que estivessem insolventes, momentaneamente, e criar condições para que essa insolvência se resolvesse. O Banco Mundial serviria para criar condições para o desenvolvimento econômico, a partir da experiência do Plano Marshall, no final da Segunda Guerra, o que fazer para dar condições de crescimento aos países mais pobres. Essas eram as duas grandes instituições.

Lorde Keynes propôs uma coisa um pouco diferente. Ele propôs que o Fundo Monetário fosse, realmente, um Banco Central dos Bancos Centrais. Ou seja, ele percebeu ou anteviu o que iria acontecer: que existiria uma massa de recursos financeiros muito grande, que podia provocar crises de liquidez ou interrupção do fluxo de dinheiro. Era preciso que houvesse um Banco Central dos Bancos Centrais. Isso não foi aceito, sob o argumento – que se repete a cada instante, no mundo de hoje – de evitar o que, em inglês, se chama *moral hazard*, quer dizer, o “risco moral”. Se quem vai emprestar está seguro de que vai receber de volta o seu empréstimo, ele empresta sem prestar muita atenção às condições de pagamento do devedor. E se o Fundo Monetário fosse, sempre, resolver as questões, os bancos iriam emprestar muito “irresponsavelmente” aos países necessitados. Isso não seria bom. Era melhor deixar que o mercado penalizasse aqueles que tivessem errado no seu cálculo de risco.

Keynes não pensava assim naquele momento. Embora não fosse favorável, obviamente, a empréstimos sem uma análise de risco, ele já antevia a necessidade de uma instituição mundial com grande liquidez para poder fazer face aos gargalos financeiros que ocorreriam mais tarde. Mas isso não aconteceu. Não aconteceu isso. Nessa última década - a década de 90, uma década de grande crescimento, de grande expansão econômica no mundo, e de uma enorme mobilidade dos fluxos financeiros - o que nós vimos foi a substituição progressiva do papel dos bancos oficiais - o BID, o Banco Mundial, enfim, o Banco Europeu, os grandes bancos públicos, multinacionais – que foram perdendo força, relativamente, diante dos empréstimos privados.

Em seguida, vimos crises de falta de capacidade de liquidez e, portanto, de interrupção do fluxo dos empréstimos privados. De repente, um mercado seca, e cessam os empréstimos. E como tudo isso ficou interligado, passou a haver o que se chama hoje de “contágio”, que ainda não se entende muito bem o que seja. Se a Argentina está com dificuldades, contagia o Brasil. Por quê? Não sei. Mas é assim e isso envolve, entre outras, o problema das expectativas.

Passamos a assistir a uma série de processos de crise. Só no meu gover-

no, já nem me lembro de quantas foram. No começo do governo, em 95, era a crise do México. Em 97, a crise da Ásia. Em 96 não houve. Em 98, a crise da Rússia. Em 99, a crise do Brasil. Em seguida, novamente a crise da Rússia, a da Turquia, a da Argentina. Crise, crise, crise. Interrupção do fluxo, ou seja, a globalização passa por um momento de extrema dificuldade, porque não tem os mecanismos globais de governança. Estamos nos referindo, por enquanto, ao aspecto financeiro. Depois falaremos dos aspectos políticos. Os mecanismos ficaram frágeis. É claro que o Fundo Monetário, nesses últimos anos, se atualizou. Hoje, o Fundo Monetário dispõe - não sei exatamente - de cerca de 100 bilhões de dólares nos fundos especiais de saque, que são um mecanismo que permite um pronto atendimento. Ou seja, o Fundo Monetário tem um pouco mais de manobra.

As pessoas que não conhecem os mecanismos do mundo ainda vêem o Fundo Monetário como se ele fosse o responsável, o culpado. Não. Em certas circunstâncias, ou ele entra ou o país fica paralisado. O problema é saber em que condições ele entra. O próprio Fundo Monetário foi mudando as suas políticas. Nós, aqui, tivemos acordos com o Fundo, sem que isso nos obrigasse a qualquer recessão. Ao contrário, incluindo a necessidade de uma cláusula de proteção social e a idéia de que os programas sociais não seriam reduzidos pelo fato de haver um ajuste fiscal. Houve mudanças, que a consciência comum não notou, mas que alteraram na prática o funcionamento dessas instituições.

O fato é que, pouco a pouco, algum recurso adicional foi sendo dado pelo Fundo Monetário. Mas ainda é insuficiente, porque ele não tem, propriamente, essa função. E, segundo diziam, a nova administração americana estaria mais preocupada com "*moral hazard*" do que com a capacidade de intervenção do Fundo Monetário Internacional.

Pois bem, essa questão não está resolvida. Estamos passando por momentos de grande turbulência nesta área financeira. Por outro lado, tampouco foram sendo resolvidas as questões relativas àquilo que é fundamental e que diz respeito à legitimidade das decisões.

As Nações Unidas foram constituídas naquele mesmo momento em que nasceram as instituições de Bretton Woods. Ou, ao contrário, as instituições de Bretton Woods surgiram junto com as Nações Unidas. Mas a ONU já nasceu sob o signo de uma restrição, de uma certa assimetria, porque a Assembléia Geral tem poder, mas quem na prática o exerce é o Conselho de Segurança, para os assuntos centrais que dizem respeito a relações entre os países, intervenções, etc. E o Conselho de Segurança já nasceu com uma distinção: cinco países têm assento permanente e direito de veto. Os outros são eleitos por um período de dois anos e não têm direito de veto. Isso criou um embaraço.

Simultaneamente, foi avançando a descolonização, a formação dos países com vocação de autonomia nacional. E o número de países cresceu enormemente. Dessa forma, a Assembléia Geral das Nações Unidas, hoje, é composta por mais de 180 países. É uma imensa massa de países. Obviamente, os mais poderosos não aceitam, na prática, o princípio de que cada um vale um voto. Vão dizer que perderiam a capacidade – e, de fato, perdem – de exercer um poder correspondente à sua força efetiva na economia, no poderio militar, etc. E o que foi acontecendo, é que, progressivamente, o próprio Conselho de Segurança foi deixando de exercer as funções centrais das decisões no mundo.

A Assembléia Geral passou a ocupar-se – e se ocupa – de muitos temas importantes, relevantes. O papel da ONU é fundamental na difusão – se é que posso usar essa expressão – de uma cidadania global. A questão das mulheres – portanto, a questão de gênero – a questão do meio ambiente, a questão do trabalho, de evitar o trabalho do menor. Um conjunto de temas que são contemporâneos. A capacidade irradiadora da ONU tem sido muito grande. Suscita o debate. Mas, em termos políticos, em termos de decisão efetiva no comando do mundo, a Assembléia Geral passou a ter menos voz. E o próprio Conselho de Segurança, nos últimos anos, passou a ter, também, menos eficiência, ou melhor, passou a ser menos ouvido.

E nós fomos vendo a criação de mecanismos extra-institucionais: G-7, G-8. O que é isso? É um grupo de nações que se autoproclamam, e são, ricas e que se reúnem. Decidem o quê? Com que legitimidade? Essa legitimidade está sendo posta em dúvida agora. Nem podem mais se reunir. Se se reúnem num navio, há protesto na rua. Há um visível problema de legitimidade nesse tipo de organização. Independentemente da vontade ou dos desejos do grupo, ou mesmo da boa vontade que possam ter, dos bons propósitos que possam ter. Não existe, digamos, legitimidade. Ou seja, a economia se globalizou, o sistema financeiro galopou nesse processo de globalização. As instituições disponíveis para controlar os mecanismos em nível mundial, por mais poderosas – cito o Fundo Monetário – passaram a ser frágeis diante da capacidade do sistema financeiro de manobrar, independentemente de qualquer decisão. E, ao mesmo tempo, não houve um processo simultâneo, nem de formação de uma consciência planetária do direito e de participação, e nem a formação de instituições, porque não é fácil, que tivessem a legitimidade e a capacidade, ao mesmo tempo, de atuar com precisão.

Esse não é todo o panorama, porque outros processos ocorreram ao mesmo tempo. Alguns são bem notáveis. Não vou entrar nos processos políticos, que foram mais óbvios, como o desmantelamento do mundo soviético e, portanto, a perda de importância da hipótese de que o sistema global pudesse vir a

ser outro que não o sistema capitalista. Na prática, quem propõe isso com força no mundo de hoje são grupos residuais. Houve esse processo. Mas houve um outro processo que foi o da integração regional. Essa integração regional, em certos aspectos, teve, realmente, avanços até mesmo no plano político. É o caso da Europa.

A União Européia avançou muito na direção de uma integração com aspectos políticos. A Comissão Européia e os seus comissários têm um poder considerável. Criou-se um Parlamento. Existem representantes do povo que se reúnem e que, de alguma maneira, dão legitimidade popular às decisões tomadas no nível da União Européia. É um processo poderoso de integração.

Com menos força, nós vimos, e baseada muito mais em mecanismos meramente econômicos, o Nafta, juntando Estados Unidos, Canadá e México. Por outro lado, aqui, nós, no Mercosul, tentamos, também, alguma coisa, com aspiração a chegarmos a uma união aduaneira e, portanto, mais na direção da União Européia, a despeito de todos os percalços que estamos sofrendo. Temos uma proposta de integração um pouco mais ampla. Também na África e na Ásia, houve processo dessa natureza. Começou a existir uma nova teia de países que passaram a atuar, em termos da política internacional, como atores organizados. Isso está ocorrendo.

Há uma indefinição quanto à forma institucional do controle das decisões. Temos a formação de grupos de países muito poderosos que pretendem ser uma espécie de diretório do mundo. E nós temos a tentativa de integração que tem êxito variável, conforme a região a que estejamos nos referindo. Temos o fato simultâneo de que um país - os Estados Unidos - tem um tal predomínio cultural, econômico, tecnológico e militar que, freqüentemente, toma decisões sem realmente prestar contas, senão “ex post”, até ao grupo dos maiores e mais fortes, o G-7 e o G-8.

Tudo isso está em elaboração. O desafio da globalização é muito maior do que se possa imaginar, porque estamos vivendo – eu até ousaria dizer, um novo momento da humanidade.

Ontem, no Rio de Janeiro, fiz uma palestra sobre o meio ambiente. E voltei ao tema que, de vez em quando, gosto de abordar, que é o tema da humanidade. Nós estamos começando a poder dar razão aos ideais kantianos da paz universal e aos ideais hegelianos da existência de um sujeito geral da história, que é a humanidade. Esses ideais sempre foram criticados, pelos que tinham uma visão mais progressista. Diziam: “isso é uma espécie de falsidade ideológica, porque não existe humanidade, o que existe é o país, a classe, a raça”.

Agora, vemos que, pelo fato de haverem ocorrido tantas transformações, por tomarmos conhecimento de que há limites que a natureza impõe às trans-

formações que o homem quer acrescentar a ela, requer-se uma consciência ecológica, que vai além do interesse da classe, além do interesse regional. Começa a existir uma consciência de algo que diz respeito a todos os homens. E, quem sabe, a paz começa a ser sentida, *à la Kant*, como uma necessidade universal.

Estamos no início do século XXI. Se o século XXI for nesta direção, estaremos assistindo a um século que vai criar um novo ancoradouro da História – se der certo.

Ao mesmo tempo, contudo, estamos usando um instrumental que é de outra época. Os Estados são nacionais, as instituições internacionais têm as limitações que mencionei. Aqui, há descompasso. Refiro-me ao déficit de governança. É normal. As sociedades não são harmônicas, são contraditórias, são conflituosas. Esses processos todos são cheios de conflitos. A idéia é a de que a paz universal ou a humanidade são valores, muito mais do que práticas, mas valores que podem orientar comportamentos. Esse é o nosso desafio: como vamos encarnar esses valores, e como vamos preservar os interesses concretos, diante de todas essas abstrações às quais estou me referindo, mas, que têm, também, raiz na vida. Existem condições para que se comece a mover o mundo nesta direção.

Aí nós entramos na discussão de que caminho trilhar. Um país, como o nosso, como o Brasil, o que pode fazer diante de tudo isso? Como reagir de forma crítica e inteligente, que separe os riscos e as oportunidades, ou melhor, que crie oportunidades a despeito dos riscos? O caminho tradicional é hoje inviável. O caminho tradicional é: “Bom, vamos nos fechar”. Autarquia. Em certa época, isso foi o caminho quase normal. A Alemanha, do século XIX, cresceu prussianamente. O modelo de crescimento era fechar, porque a Inglaterra estava na frente, era defensora do livre comércio. Friedrich List, como economista, propôs o oposto: proteger, porque a Inglaterra e mesmo a França, já estavam com maior produtividade. O Brasil fez isto, também, à nossa moda, com substituição de importações e tarifas altas. Tarifas altas porque, se não fosse assim, não teríamos como avançar.

No entanto, o mundo foi mudando. E independentemente das vontades políticas – há quem pense que basta vontade política – ah se fosse assim! –, independentemente das vontades políticas, as realidades existem. O que ocorreu é que, num dado momento, era impossível deixar de ver que existia uma intercomunicação. Hoje, essa intercomunicação, graças à Internet e a esses outros mecanismos de comunicação rápida, independe dos Estados. Os Estados não têm poder para controlar os fluxos de informação, inclusive os financeiros, porque eles não passam materialmente pelas fronteiras. Então, quem

continuou com a idéia do passado ficou com uma idéia que perdeu vitalidade, estiolou-se pela transformação que a própria vida impôs.

Agora, ao dizer isso, não se pode imaginar que tenha desaparecido o interesse nacional. Ao contrário. A questão é como fazer prevalecer os interesses nacionais nas novas condições. Frequentemente, as respostas que vêm são antigas, não fazem prevalecer nada. Ao invés de prevalecer o interesse nacional, o que prevalece é o atraso nacional. E o mundo não permite mais isso.

Aqui vou usar a expressão utilizada pelo Dr. Approbato, e que eu próprio já utilizei bastante. O líder do Partido Comunista Italiano, Giorgio Napolitano, esteve aqui, no Brasil, há muitos anos, e deu uma entrevista em que dizia: “O problema não é saber se haverá ou não internacionalização. É saber se eles nos vão internacionalizar ou nós se vamos nos internacionalizar”. A diferença pode parecer sutil, mas é fundamental. O processo está aí. Não há mais como fechar.

Como se dá esse processo? Quem comanda os momentos? De que maneira se buscam regras de legitimidade? Como entra nisso o direito? Como se negocia? Essas são as questões que estão postas. Esse é o debate que se coloca nas discussões de hoje, aqui, que estão ocorrendo no Congresso.

Em nosso país, em um dado momento, basicamente do fim dos anos 80 para o começo dos anos 90, houve uma abertura da economia sem negociação, do qual se lastimam até hoje, com razão, setores industriais importantes. Sem negociação. Isso não é aceitável. Tudo tem que ser feito, numa expressão vulgar, num “dá cá, toma lá”.

Sobre a mesa, o que está posto, hoje, no plano econômico, é saber até que ponto um país como o nosso vai se incorporar a que blocos, a que custo e com que vantagem. Um é óbvio: o Mercosul. É óbvio e parece ser, hoje, de consciência comum achar que vale a pena manter e aperfeiçoar o Mercosul. Os espaços nacionais, por maiores que sejam – e o nosso é enorme – não são suficientes. O setor produtivo requer escala muito grande, requer mercados maiores. Há uma concentração também grande de capacitação, de investimento e etc. Do ponto de vista do interesse nacional, é claro que vale a pena manter mecanismos que levem a uma associação crescente e, se possível, na minha perspectiva, sul-americana, mecanismos que fortaleçam a posição não só do Brasil, mas de toda a região, mesmo quando isso implique algumas negociações que, aparentemente, não são vantajosas.

Deixem-me explicar melhor isso. E vou explicar contando uma pequena história. Quando estive na Alemanha, depois de eleito Presidente, almocei com o então Chanceler Kohl. E ele me disse: “Olhe, Presidente, nasci na Alemanha, em uma região, que era perto de Bonn e que foi ocupada, depois da guer-

ra, pelos franceses. Tenho parentes que perderam a vida na guerra contra a França. Quando eu era jovem, houve a ocupação da Alemanha pelos aliados e a região onde eu morava era uma região francesa. Quando via um oficial, eu tinha que sair da calçada. Para evitar, enfim, qualquer agressão da parte do oficial. Eu tinha que sair. Fomos criados nesse sentimento anti-francês, até que percebi que isso ia dar em outra guerra e mais gente iria morrer. E aderi, fortemente, à idéia da União Européia de hoje – na época, não era ainda assim – e percebi que a relação fundamental era da França com a Alemanha. É claro que a Alemanha – disse ele – é maior que a França, é mais rica, mais forte. E, por isso mesmo, a Alemanha tem que fazer mais concessões.” Aí, ele me disse: “O senhor é Presidente de um país que, lá na sua região, tem o mesmo papel que a Alemanha.” Foi ele quem disse. Não acredito nisso, não. Sou mais igualitário. “O senhor tem que fazer uma aliança com os seus vizinhos, com a Argentina especialmente. E, se houver que fazer algum acordo, quem tem que entender a necessidade do acordo é o Brasil, que é mais forte.”

Bom, com exagero ou sem exagero, se olhamos interesses nacionais, não apenas no curto prazo – quem dirige um Estado não pode olhar o curto prazo – se olhamos o interesse nacional a mais longo prazo, é verdade que a manutenção da América do Sul como uma região integrada, de paz, de democracia, de progresso, é vital para o Brasil. Parece-me, então, que essa é a primeira e a mais fácil das nossas decisões: é o fortalecimento de mecanismos integradores na nossa região imediata. Esses mecanismos partem de tratados. É preciso fortalecer as regras de direito relativas a eles.

Pessoalmente, acho que devíamos avançar mais. O momento é ruim para dizer isso. Estamos aí com vários desacordos com os nossos vizinhos. No entanto, mais na direção do que foi feito na Europa, de criar mais mecanismos de solução de controvérsias. Isso tem a ver com a soberania, que tem que ser pensada nos termos atuais e não nos termos do século XIX: quais são os mecanismos que se delegam para que seja possível haver uma negociação que convenha, a médio prazo, ao interesse nacional. Tem que haver um sentimento de compartilhar, porque os outros também têm seus interesses nacionais. É preciso que haja, aí, mecanismos para dirimir essas questões. Este me parece ser o lado mais simples para que nós, brasileiros, possamos dizer: “Bom, aqui está claro que, nesse processo de globalização, temos uma oportunidade”.

Essa oportunidade é verdadeira. Basta olhar os fluxos de investimentos em nossa região. Esses investimentos vieram maciçamente para o Brasil – maciçamente. Tivemos investimentos da ordem, pelo menos, de 100 bilhões de dólares nos últimos 5 anos, sendo que, no ano passado, foram 30 bilhões. Investimentos na produção. Não é *hot money*, não é capital especulativo. É

investimento produtivo. Por que eles vêm para cá? Vêm para cá porque aqui temos universidade, porque aqui há tecnologia, porque aqui existe mercado. Nesta ordem: universidade, tecnologia e mercado. E vêm em enorme concentração. Perigosa, do ponto de vista dos interesses do conjunto da região, porque não podemos também imaginar que os nossos parceiros vão ficar felizes se houver muita concentração no Brasil.

Mas a solução para isso não pode ser imposta por regras que não tenham aceitação. A solução para isso é pensar o espaço geográfico e as cadeias produtivas no espaço geográfico: uma parte é produzida aqui e outra, acolá. Ou existe isso ou existirá uma concentração tão grande de desenvolvimento científico, tecnológico e empresarial em um dos países que os outros não vão aceitar. Tem que haver um esforço construído de distribuição no espaço geográfico. Refiro-me não só à Argentina. Refiro-me ao Paraguai, à Bolívia, ao Uruguai e, amanhã, à Venezuela, que quer se aproximar. Quer dizer, temos que ter uma compreensão mais ampla do que é o interesse nacional. Interesse nacional não é, em um dado momento, favorecer um setor produtivo brasileiro apenas e, amanhã, por causa desse setor produtivo, impedir um processo muito mais amplo que interesse ao conjunto da região e, sobretudo, a nós. Mas este, digamos, é o lado mais simples.

Um segundo grau de facilidade para se aceitar a idéia integracionista é a relação entre o Mercosul, o Brasil e a União Européia. Percebe-se que há uma aceitação maior. Por quê? Porque se imaginam menos riscos daquilo que todos temem, que é a perda de soberania, que é a perda da nossa capacidade própria de decidir. E imaginamos – não sei se com razão – que a Europa terá menos capacidade de cortar, de limitar a nossa ação do que o nosso parceiro maior do hemisfério. Então, parece ser mais fácil, digamos, ideologicamente, falar de relação com a União Européia do que com a ALCA ou do que com o NAFTA.

Politicamente, não há dúvida. Economicamente, é extremamente complicado, em razão do que ocorre no caso do Brasil e no caso do Mercosul. Não é só o Brasil. A Argentina e o Uruguai também. Somos altamente produtivos em matéria agrícola – altamente produtivos. Para dar uma idéia, a produção de grãos no Brasil cresceu, de 1990 até agora, de 57 milhões de toneladas para 98 milhões de toneladas, quase 100 milhões. E a área plantada aumentou muito pouco. Ou seja, a produtividade cresceu violentamente. Então, hoje, somos altamente competitivos. O preço do produto brasileiro é, eu diria, quase imbatível em matéria agrícola. E começa a ser em matéria pecuária. Neste ano, vamos exportar o dobro da Argentina: cerca de 1 bilhão de dólares em carnes. E a tecnologia avançou muito. O Brasil não tem, muitas vezes, consciência de

quanto o progresso entrou aqui. Entrou a tecnologia nova. Entrou aqui o espírito de empreendimento.

Dessa forma, a nossa produtividade agrícola é muito forte. E isso entra em choque com os interesses agrícolas da política agrícola comum da Europa. É um ponto delicado. Mas não é insuperável. O preço da política agrícola comum é pago, na Europa, pelos países não-agrícolas: basicamente, a Alemanha e Inglaterra. Quem se beneficia mais são a França, a Itália e a Espanha, da política agrícola comum. Mas o subsídio vem de todos.

Agora, a União Européia discute a entrada da Polônia. A Polônia é um país agrícola. Se forem estender para a Polônia os mesmos benefícios que são dados aos outros países da Europa, o contribuinte inglês e alemão vai ter que pagar muito. Então, temos aliados objetivos porque não podemos entrar nessa negociação com a União Européia, sem colocar, com muita clareza, que precisamos, efetivamente, de um acesso ao mercado agrícola, porque nós exportamos para a Europa muito mais agricultura do que manufatura.

O Brasil, hoje, exporta 52% de manufaturas. Não somos mais um país de exportação basicamente agrícola: 52% são manufaturas. E 25% produtos semi-industrializados. E o resto são *commodities*. Mas com a Europa são basicamente *commodities*, e não só na Europa. Competimos com a Europa em terceiros mercados, por exemplo, no Oriente Médio. E o subsídio nos prejudica na competição nesses terceiros mercados. Há aí uma oportunidade e nós temos que entrar. A União Européia apresentou-nos uma proposta de negociação. Vamos fazer uma contraproposta, e o Brasil é partidário de uma contraproposta agressiva. Estamos dispostos a entrar numa negociação comercial com a Europa. Estamos dispostos, sim, a fazer algumas concessões sob condição de que nos sejam feitas outras tantas.

Outro bloco de problemas, de oportunidades e riscos, é a questão da negociação no âmbito hemisférico. Esse acordo foi feito no tempo do Presidente Itamar Franco: é a proposta de fazermos a Alca. Assisti à reunião em Miami. Eu era Presidente eleito. Confesso que não estava informado dos termos da negociação. Fiz um discurso, naquele momento, dizendo que achava difícil que fosse possível, no prazo que se queria, uma integração.

De lá para cá, o Brasil tem dito: “nós queremos negociar, sim, ponto a ponto, dentro de certas condições que já vou especificar, mas queremos também prazo, porque precisamos de mecanismos que permitam à nossa produção adaptar-se ao regime de concorrência. Muito bem. Esta negociação está em curso. Não é algo que vai ser. Já está em curso. Há vários grupos negociando e é preciso que a sociedade brasileira participe mais ativamente desta negociação. Assim como já está em curso a negociação com a União Européia. E o

Brasil vai se colocar muito favorável a negociação com a União Européia.

Precisamos entender que o que está em curso é uma negociação comercial. É comércio, e comércio só. Montesquieu a ele se referia como “le doux commerce”. Dizia que o comércio era um instrumento de civilidade, porque o comerciante tem que conversar, entra em contato, socializa. O comércio era uma forma avançada de civilização que levava, dizia ele, à democracia. Isso naquela época. Hoje, o comércio não tem nada de “doux”. Não é nada “doux”, nem “soft”. O comércio, hoje, é negociação dura. Então vamos nos inspirar em Montesquieu, mas não esquecer de outras armas menos sofisticadas na negociação comercial, porque vamos ter que ter uma negociação concreta.

Fui à reunião hemisférica, no Canadá, e me pediram que participasse da sessão de abertura. Fiz o discurso de abertura lá. Estavam presentes o Presidente Bush e todos os demais Presidentes da região. Eu disse quais eram as nossas condições, com muita tranquilidade. Disse até na língua deles, com muita tranquilidade. Precisamos entrar numa negociação que seja uma negociação, como costumamos dizer aqui, na linguagem diplomática, de um “single undertaking”. Quer dizer, tem que ser tudo de uma vez só. Não venham negociar o que interessa a vocês, para depois negociar o que interessa a nós. Ou negociamos tudo, e só quando todos os pontos estiverem acordados é que vale, ou então não há negociação.

E especifiquei: nosso problema não é de estarmos contra o livre-mercado, ao contrário, queremos que ele seja livre. O que não queremos é um livre-mercado que esteja sujeito a salvaguardas, que um instituto dos Estados Unidos, que nem do governo é, possa reunir-se e dizer: os Estados Unidos estão importando calçados em demasia, os calçados importados estão prejudicando a produção daqui, e por isso se impõe a salvaguarda. Não podemos aceitar um “antidumping” indiscriminado. Quem decide o “antidumping”, é só um lado. Não podemos aceitar o que se chama de pico tarifário. Nos Estados Unidos, a média das tarifas é muito baixa. Mas, quando chega a tarifa do produto que nos interessa, vai lá para cima. A nossa média é relativamente elevada. A média nossa é 12, 13%, a deles é 4 mais ou menos. Mas a nossa nunca ultrapassa 35%. Lá pode ultrapassar, se for no pico tarifário.

A negociação é objetiva e necessita de advogado. É preciso redigir o texto de modo que fique claro. Não é uma questão política, abstrata, ou só de interesse econômico. Não. A questão é: qual é a regra? O mundo que está sendo recriado é cheio de regras. E, se não houver regra, será pior para nós. Precisamos de um Estado de Direito internacional, um comércio internacional baseado em regras límpidas de direito. Isso está em elaboração e exige participação e consciência de nossa parte.

Nós, brasileiros, não precisamos ficar com medo. Temos que ter consciência e coragem. Disposição. Medo não. Somos produtivos em muitos setores. Tome-se, por exemplo, a indústria do aço. Ainda agora, esta semana, esse instituto norte-americano está falando em propor salvaguardas contra o aço brasileiro. Por quê? Porque a nossa indústria de aço é extremamente produtiva, tem alta produtividade, é competitiva. A nossa indústria têxtil é competitiva. Estamos exportando competitivamente. Aviões, nem se fala. Basta ver o que aconteceu nesses últimos tempos.

Devemos passar de uma mentalidade que pensa que a defesa do Brasil é olhar para trás – aumentar barreiras, concentrar renda em certos produtos, para fazê-los melhor, e obrigar o consumidor a comprar aqui esses produtos –, para uma mentalidade mais aberta, que tem sempre presente que é preciso ter regras, que é preciso lutar, defender o interesse nacional, mas que é preciso, também, haver competição, porque a competição é o que permite baratear o produto e dar mais vantagens a população e dar mais riqueza ao país. Tem que haver competição. O que não pode é uma negociação em nome do livre-comércio que leva ao protecionismo por parte daqueles que são mais poderosos.

Essa é a questão que está posta, hoje, sobre a mesa de negociação. Não é uma questão ideológica, no sentido de “vamos estar submetidos”. Não. Não temos que estar submetido a nada. Se não for assim, não se assina o acordo. Agora, se for um bom acordo, se faz. Quando estávamos discutindo quando seria o acordo, eu disse claramente: “Olha, um bom acordo é amanhã, um mau acordo é nunca”. O Brasil tem que ter consciência da sua própria força. Nós temos. Não há que exagerar, mas alguma força nós temos. E a força principal, hoje em dia, é a do cérebro. Temos que ajustar nossos cérebros. Precisamos ter gente que esteja, realmente, sintonizada com os ares do mundo e com competência para defender os nossos interesses nesse plano.

Esse processo de globalização, de oportunidades e riscos, está posto no plano comercial. No plano dos investimentos, vai depender, basicamente, como eu já disse aqui, do desenvolvimento das universidades, da tecnologia e de nossa melhora na distribuição de renda, para que o nosso mercado seja mais poderoso. Essa é a questão. Não se resolve com um botão. É um processo que está avançando. A tecnologia, as universidades estão avançando.

A discussão sobre se desse processo todo derivaria uma “estrangeirização” do setor produtivo foi mal colocada. Uma revista publicou, recentemente, a relação das 50 maiores, das 100 maiores, das 500 maiores empresas do Brasil. Entre as 50 maiores empresas do Brasil, 28 são nacionais, puramente nacionais. Não existe mais a possibilidade de imaginar, em nenhum país, que sejam 100%. Mas 28 das grandes são. Das 500, também. Ou seja, não é verdade que

foi arrasado o setor produtivo nacional, como dizem alguns mais exagerados. Nem é verdade, muito menos, que tenha havido um sucateamento do setor produtivo brasileiro. Como se pode falar de um sucateamento? Estamos produzindo, exportando manufaturas, e não produtos agrícolas. Nesses dez anos isso mudou. O que se exporta é manufatura. Exporta-se produto sucateado? Não. É produto de boa tecnologia. Houve um avanço enorme na nossa capacidade produtiva.

Os grandes setores de produção estão sendo reorganizados. Estão todos eles em mãos nacionais: siderurgia, petroquímica, minério de ferro, papel e celulose. Todos os grandes setores estão, basicamente, nas mãos de grupos nacionais e, tanto quanto possível, com a participação de fundos de pensão.

Começa a haver uma certa socialização do controle do sistema produtivo e, crescentemente, precisamos criar um mecanismo pelo qual isso seja feito também nas Bolsas, para disseminar mais o capital, para criar um mercado de capitais que possa dar sustentação a um crescimento endógeno mais forte. É preciso que as bolsas possam sobreviver melhor. Não apenas reduzindo CPMF, porque isso é pouco, mas fazendo com que as empresas brasileiras de segunda e terceira linha lancem títulos na Bolsa e também, onde o Governo possa influenciar, através das privatizações.

As grandes vão se capitalizar nos Estados Unidos – no mundo todo é assim – ou, eventualmente, em Londres. Vão lançar seus recibos de ações lá, nos Estados Unidos, porque querem se capitalizar em dólar. Isso não é uma questão de decisão política. É uma questão do mercado. Mas o que é de decisão política é o fortalecimento do mercado de capitais local, é a possibilidade de se fazer o que estamos fazendo agora, e que eu espero sancionar nos próximos dias: a nova Lei de Sociedades Anônimas, para proteger o sócio minoritário, para que a pessoa que compra ações não seja lograda. O Congresso levou muitos anos para votar esse mecanismo – sempre leva anos, porque a democracia é assim mesmo e não estou me queixando. De toda forma, estamos fortalecendo esses mecanismos, para que possamos entrar com mais firmeza e com menos temor nesses processos de globalização que aí estão, minimizando os riscos e tirando mais vantagens das oportunidades.

Já falei demais, mas quero fazer mais um comentário. Falei dessas oportunidades de risco, basicamente no que diz respeito a acordos comerciais, o que acontece com o setor produtivo, o plano econômico. Mas mencionei, lá atrás, a questão dos mecanismos de decisão.

Estamos, agora, vivendo outro momento muito delicado de todo esse processo global, por causa dos acontecimentos de 11 de setembro, que mostraram o que já se sabia: por mais forte que seja a potência predominante – e ela

é – não pode mandar sozinha. Não funciona. Não funciona.

Mencionei, aqui, a consciência planetária, a humanidade como um universal concreto. Essas questões todas são abstratas mas, na prática, começa a haver a percepção de que é preciso criar uma ordem menos assimétrica no mundo – menos assimétrica economicamente, mas também politicamente –, porque essa assimetria é que leva às reações que estamos assistindo contra todas as reuniões de instituições até multilaterais (Fundo Monetário, Banco Mundial, G-7, G-8). É o sentimento de não-participação.

Ou se aumenta a participação nos foros decisórios ou, então, esse processo vai ter travas. E, agora mesmo, a maior potência, para enfrentar um desafio – um desafio que é de todos, o terrorismo, que não é aceitável por ninguém, sob nenhum fundamento – buscou alianças. E buscou alianças no mundo todo, até lá mesmo, onde tinha que buscar.

Espero que daí derive um aprendizado: temos que marchar para uma outra visão do mundo. Vai levar um século, eu sei. Mas é preciso marchar para uma outra visão do mundo e – se posso usar essa expressão – uma globalização mais solidária, porque essa globalização assimétrica, que marginaliza povos, como uma boa parte da África, não vai funcionar a longo prazo, porque a consciência universal que começa a existir não vai aceitar mais isso.

Começa a haver, então, a revalorização da ética – aqui, se fala disso, o tempo todo. Por quê? Porque o mundo dispõe, hoje, de meios materiais tão poderosos que, eticamente, é inaceitável uma desigualdade tão grande. Passa a haver, então, quase uma reversão. Se comecei com o mercado e com o sistema produtivo, que homogeneiza, que impõe as regras, que leva adiante, agora é o contrário: são os valores. Estamos vivendo um momento em que passa a ser importante ver que, sem valores, tampouco há cimento para manter uma ordem, por mais poderosa que ela seja materialmente ou por mais fortes que sejam, militarmente, os que detêm o maior poder. Vamos precisar, de novo, de valores.

Essa a missão do Brasil. Não é o único, nem tem tanta força que possa se pensar capaz de fazer isso ou aquilo com muito “rayonnement”. Não é assim. Mas é a nossa possibilidade – eu diria até, a nossa missão – neste momento. Somos um país plural, com muitas raças, muitas religiões, muitos imigrantes, uma grande mobilidade social. E valorizamos a mistura de raças. Somos um país que realmente quer a paz. Somos um país vocacionado para a paz. Não temos briga com nenhum dos nossos vizinhos, a despeito das nossas diferenças de porte com alguns dos nossos vizinhos. Ao contrário.

A nossa voz, no mundo, tem que ser uma voz ética. Tem que chamar a atenção para esses fatos, e podemos fazê-lo sem suspeição. Primeiro porque

nós, se não somos perfeitos, praticamos aqui um convívio. Um convívio importante. O Presidente vem, como cidadão, falar com a OAB que é, freqüentemente, crítica. É uma coisa que tem valor. Nós fazemos isso, e se o fazemos isso, temos força moral para falar, lá fora, a respeito desse tema sem hipocrisia, sem cinismo, sem passadismo, sem recusar o que é irrecusável, que são as oportunidades e os fatos da globalização. Mas, também, sem aceitar as desigualdades que ela gera e que não precisaria gerar, sem que se faça essa ligação mecânica, que não é verdadeira: “quanto mais globalizado, mais pobre”. Não é verdade, os dados não dizem isso. O problema é que se podia ser muito menos pobre, e que se foi aceitando uma situação em que as desigualdades, as assimetrias, foram sendo mantidas.

Seria, então, muito importante que num seminário de Direito, com essa dimensão ética, se introduzisse com força o tema da globalização, dos riscos e oportunidades, e se fizesse isso com a consciência de que, hoje, temos um país que, sem muita pretensão, é capaz, pela força do seu povo, de tomar decisões próprias, que não o afastem da globalização, mas que o façam, não um parceiro solidário de uma globalização assimétrica, mas um parceiro ativo para que essa globalização seja cada vez mais solidária.

Muito obrigado.

**Discurso do Senhor Presidente da
República na Conferência sobre Transição
e Consolidação Democráticas**

Madri, 26 de outubro de 2001

Quero, antes de mais nada, agradecer o convite da Fundação Gorbatchev e da FRIDE para participar desta conferência.

Venho imbuído da gravidade do momento.

Como homem de Estado, sociólogo e cidadão, não quis deixar de comparecer a este importante foro sobre a democracia e o fortalecimento da cooperação no mundo contemporâneo.

É muito apropriado que nos reunamos na Espanha.

Todos que se dedicaram, como eu, a estudar a experiência de transição democrática concretizada nos famosos Pactos de la Moncloa sabem que aquele processo fez da grande nação espanhola, sob o patrocínio do Rei Juan Carlos, um dos pilares da liberdade no plano internacional.

Falo da gravidade do momento em função do novo cenário que se desenha a partir dos ataques hediondos de 11 de setembro. No topo da agenda, passam a estar os desafios que o problema do terrorismo coloca para nossas democracias.

Se a atitude democrática é a da persuasão entre cidadãos livres e iguais, é próprio do terrorismo tentar impor um ponto de vista, uma opinião ou um interesse pela violência indiscriminada contra civis inocentes, contra homens, mulheres e crianças que passam a ver-se ameaçados no seu dia-a-dia.

Os eventos recentes mostram que, levada a extremos, essa lógica do medo pode difundir-se por todos os aspectos da vida, sem excluir os mais corriqueiros. Uma viagem de avião, o recebimento de correspondência pelo correio, ou o mero ato de dirigir-se ao trabalho.

Já houve quem pretendesse fundar a vida política no medo. É a monstruosidade do Leviatã hobbesiano, cuja autoridade estaria baseada no fato de que os cidadãos se veriam diante de uma escolha trágica entre a obediência a um soberano absoluto ou a morte violenta na anarquia do “estado de natureza”.

Rousseau, como tantos outros depois dele, mostrou a falsidade dessa visão da política. Mostrou que a obediência que se funda no medo é determinada, em última análise, por um cálculo de prudência. Obedeço porque tenho medo das consequências de não obedecer.

O que falta a essa obediência comandada pelo medo é precisamente a dimensão ética da legitimidade, que é essencial na democracia.

O poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade, escrevendo na atmosfera carregada do período da Segunda Guerra Mundial, denunciou a “harmonia do medo”, que fazia o amor refugiar-se “mais abaixo dos subterrâneos”.

Miguel de Unamuno, quando enfrentou em Salamanca o irracionalismo do “Viva la muerte!”, apontou precisamente essa diferença entre a autoridade que se impõe pela força e a que se impõe pela razão e pelo direito. Disse:

“Venceréis, pero no convenceréis!”

Em um regime democrático, quando o cidadão aceita a autoridade do governo ele o faz com a consciência de estar fazendo o que é justo, não para escapar a consequências atemorizantes.

Isso só é possível porque a vida política, na democracia, se constrói com base na liberdade e na participação dos cidadãos.

E é possível, também, porque democracia não se confunde com eleição. Pressupõe eleições livres e justas, mas é muito mais do que isso. É um sistema de superação dos conflitos por meio do diálogo, da negociação, da persuasão.

Por isso, o aperfeiçoamento da democracia passa pelo fortalecimento de um espaço público de discussão. Nele, as diferenças de ponto de vista e de interesse podem ser debatidas de forma transparente, sem imposições, e com a perspectiva do bem comum – que não é um bem comum ditado por burocratas iluminados, mas que emana da participação dos diversos atores sociais, das ONGs, dos partidos políticos, dos sindicatos, das empresas.

O trabalho nas universidades, em particular, é essencial para alimentar o debate neste espaço público.

Como o é o papel da imprensa livre, sem qualquer tipo de censura política.

É assim que a democracia reforça seu caráter deliberativo, participativo.

Por tudo isso, a democracia é, em certo sentido, o outro nome da paz.

A paz que não é o silêncio de homens amedrontados, nem a ordem nascida do arbítrio dos poderosos.

A paz verdadeira é a que reflete a concordância livre de cidadãos sem medo, é a que respeita o primado da razão e do direito.

Por isso, a relação entre democracia e paz é visível no plano internacional.

Um exemplo concreto: a paz entre Equador e Peru, para a qual o Brasil e outros países contribuíram, e que não teria sido possível se não contasse com o respaldo, naqueles dois Estados, de suas instituições democráticas. A propósito, temos aqui uma feliz coincidência, porque o dia de hoje marca o terceiro aniversário do Acordo de Paz assinado em Brasília, com a presença do Rei Juan Carlos.

Não tenho dúvida, por outro lado, de que os princípios democráticos estarão presentes em qualquer solução justa e duradoura para o conflito entre israelenses e palestinos.

Madri já foi palco de um esforço importante para relançar o processo de paz no Oriente Médio.

Infelizmente, o que temos visto nos últimos anos, e em especial nos últimos meses, são marchas e contra-marchas, com mais frustrações do que soluções.

O resultado é o agravamento das tensões e do sofrimento, dos dois lados.

É essencial que se dêem passos concretos para que se alcance, sem demora, a constituição efetiva de um Estado Palestino democrático, coeso e economicamente viável, baseado no direito de autodeterminação do povo palestino e no respeito à existência de Israel como Estado igualmente soberano, livre e seguro.

Se a paz no Oriente Médio é imprescindível para um novo ordenamento internacional, não menos importante é a superação das tensões que atingem todo o mundo islâmico.

O Brasil não acredita no choque de civilizações, pois dentro de nossas próprias fronteiras houve, ao contrário, encontro de civilizações, encontro de culturas, raças e crenças.

Esta é tendência em todo o mundo, e esta foi também a experiência histórica dos Estados Unidos da América.

No plano internacional, a solução de conflitos terá tanto mais êxito quanto mais democráticos forem os mecanismos de deliberação de que dispusermos.

É imprescindível fortalecer as Nações Unidas e os seus órgãos de deliberação – em particular o Conselho de Segurança –, tornando-os mais representativos, mais capazes de auscultar a complexidade dos fenômenos internacionais, e portanto mais eficazes em sua atuação para promover a paz por meio de soluções negociadas.

As reuniões do G-7/8 não substituem, pela pouca amplitude do espectro de países envolvidos e por delas estarem excluídos os países emergentes e os mais pobres, o fortalecimento de foros com maior legitimidade.

Reafirmo nossa firme disposição de cooperar com a comunidade internacional, como estamos fazendo, na luta contra o terrorismo.

Permanecemos ao lado da razão e da sensatez.

O terrorismo é o contrário disso. É o princípio da violência, do uso da força. Sua matéria-prima é o medo.

E um dos grandes desafios que nos são impostos na luta contra o terrorismo é o de fazer com que nossa vitória não se faça ao custo de nossa própria derrota.

Se para vencer o terror tivermos que abrir mão das liberdades individuais, das garantias dos direitos civis, da proibição de uso da tortura, então nossa vitória será realmente um contra-senso.

Em nome da defesa de nossos valores, estaríamos, de fato, promovendo a sua destruição. Não se poderia imaginar uma vitória mais completa para quem quer ver triunfar a política do terror.

Estou convencido, portanto, de que a tarefa que temos diante de nós não

é a de restringir liberdades, mas, ao contrário, a de aplainar o terreno para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

A democracia não é um ponto de chegada, mas um ponto de partida, uma obra inacabada.

Ela é o funcionamento das instituições republicanas, o respeito aos direitos humanos, a separação dos poderes, a imprensa livre, a realização de eleições periódicas, mas pressupõe também a democratização do próprio tecido social.

Essa democratização se faz pela universalização do acesso aos serviços básicos e pela ampliação da dimensão participativa da vida política.

Este é um ponto essencial para quem pretenda entender os desafios da democracia contemporânea.

Não há democracia sem o Estado, e um Estado eficaz e eficiente no cumprimento de suas funções.

Ao mesmo tempo, contudo, não poderemos, no século XXI, prosseguir imaginando o Estado segundo modelos inspirados no século XIX.

Não há dúvida de que a separação entre o público e o privado é essencial para evitar distorções patrimonialistas. No entanto, a noção de que o público tem que ser necessariamente estatal, que a rigor nunca correspondeu inteiramente à realidade, em nossos dias tornou-se inteiramente absurda.

O Estado democrático de hoje é aberto à participação da sociedade, fundamental para a busca do interesse público.

Em suas diversas modalidades, a construção de uma parceria entre Estado e sociedade – entre Estado e ONGs, entre Estado e sindicatos, entre Estado e empresas – delineia o espaço de um público não-estatal, e que por vezes, por não ser estatal, é mais genuinamente público, porque resulta de procedimentos mais abertos, mais transparentes e, não raro, mais eficazes.

Manuel García-Pelayo, notável jurista espanhol, viu com clareza essas transformações do Estado contemporâneo e falou do surgimento de um “segundo círculo” de deliberação política, que se acrescentava ao círculo propriamente estatal. Entendeu, também, que esse processo, juntamente como o aprofundamento do Estado Social de Direito, acarretava, para a democracia, desafios novos e desconhecidos das democracias do passado.

Hoje, esses desafios desdobram-se também no plano internacional, no qual existe um déficit de democracia e de cidadania. Mais e mais a globalização afeta as vidas dos indivíduos em todos os países. Mais e mais os indivíduos sentem-se impotentes para afetar os rumos da globalização.

Faltam mecanismos de governança mais legítimos e mais eficazes para lidar com os problemas de uma economia globalizada que comporta importan-

tes distorções e assimetrias.

Essa situação não pode persistir. É imprescindível avançar no sentido de uma democratização da vida internacional e da adoção de medidas para assegurar que a globalização seja um fator de desenvolvimento, não de exclusão.

É assim no comércio, e é assim nas finanças internacionais. A globalização não pode continuar a conviver com as distorções protecionistas que retiram as vantagens dos mais pobres e acentuam as dos mais ricos. Como não pode prosseguir experimentando turbulências e crises financeiras a cada tanto. São imperativos democráticos um comércio internacional mais simétrico e um sistema financeiro mais ordenado, talvez com a adoção de algum mecanismo inspirado na “Taxa Tobin”, mas sem seus inconvenientes, e com maior controle sobre os chamados “paraísos fiscais”.

Os problemas da globalização econômica, assim como os do terrorismo em escala global, colocam-nos diante de desafios sem precedentes.

E o enfrentamento de desafios novos é da essência da democracia, pois de outra forma estaríamos condenados a repetir a tradição.

Isso é assim na luta contra o terrorismo, e é assim na luta contra a injustiça e a exclusão social, no plano interno e no externo.

E é assim porque a democracia, mesmo quando está engajada na luta – como agora contra o terrorismo – é sinônimo de paz, é instrumento de paz.

Este é o segredo da universalidade dos valores democráticos. É também sua força.

Este é o nosso caminho.

Muito obrigado.

**Discurso do Senhor Presidente da
República na Solenidade de formatura dos
alunos do Instituto Rio Branco e
inauguração de Galeria de Fotos dos ex-
Secretários-Gerais**

Palácio Itamaraty, 10 outubro 2001

Senhor Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel,
Meu caro amigo e Chanceler, Celso Lafer,
Senhor Diretor do Instituto Rio Branco,
Senhor Embaixador Seixas Corrêa, que é o nosso Secretário-Geral,
Professor José Roberto Mendonça de Barros, que nos brindou com essa jóia de oratória,

Secretário Lincoln Bernardes, que foi tão preciso e tão afinado com os sentimentos do Brasil e do mundo nas suas palavras,

Senhores ex-Ministros de Relações Exteriores, que nos dão a honra de estar aqui presentes hoje,

Senhores formandos,

Diplomatas,

Senhoras e Senhores,

Não sei, exatamente, se esta é a oitava ou a nona vez que tenho a honra de presidir uma sessão como esta. Presidi como chanceler – presidi não, acolitei o presidente como chanceler – e fui menos generoso com o presidente do que o chanceler, hoje, foi comigo. E me arrependo disso, porque é bom ser elogiado durante os sete anos em que venho presidindo essas sessões solenes de formatura.

Mas é sempre para mim, realmente, uma satisfação e um orgulho, mormente nas circunstâncias atuais. Não só pela presença à frente desta Casa do Chanceler Celso Lafer, antigo companheiro de universidade, de lutas, nos momentos de resistência aos regimes autoritários, nosso brilhante Embaixador em Genebra, defendendo sempre os interesses do Brasil e, agora, Ministro das Relações Exteriores, substituindo um outro grande Ministro que foi Luiz Felipe Lampreia.

Também é alegria ver que o patrono escolhido por vocês foi o Embaixador Jayme Azevedo Rodrigues. Ele, realmente, faz jus à imagem do diplomata-cidadão que repudiou o arbítrio e o fez com brilho. Devo dizer que me recordo dos momentos em que havia uma revista chamada: *“Política Externa Independente”*. O Embaixador Jayme Rodrigues fazia parte desse conselho, bem como quem, hoje, é meu Embaixador em Cuba, o professor Luciano Martins. Vez por outra, tive oportunidade de encontrar-me com eles naquele momento em que esse tema apaixonava as jovens gerações e, também, nos entusiasmava pela possibilidade de o Brasil ter uma posição afirmativa no plano internacional.

Assistimos, todos, ao empenho do Embaixador Jayme Azevedo Rodrigues na UNCTAD. A UNCTAD, também para mim, tem uma conotação muito especial, pois trabalhei, pessoalmente, com Raúl Prebisch, na CEPAL, quando

fui, então, funcionário das Nações Unidas e pude privar do seu convívio. Àquela altura, o Doutor Prebisch trabalhava em parte nos Estados Unidos, no Banco Interamericano de Desenvolvimento, e, ainda, no Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), do qual fui diretor-adjunto. Quando Raúl Prebisch não estava em Santiago do Chile, generosamente me cedia a sua sala. Eu usava mais a sala da secretária dele, porque me acanhava de utilizar a sala de Prebisch, a não ser quando algum brasileiro ia lá me visitar. Então, para exibir um pouco o orgulho nacional, não me sentava à cadeira de Prebisch, mas ficava na mesma sala em que ele se reunia. Prebisch foi um dos grandes incentivadores da UNCTAD. De modo que, o fato de Jayme Azevedo Rodrigues estar, também, ligado a este empreendimento, para mim, pessoalmente, é uma grande satisfação assistir a este justo tributo a este grande brasileiro.

Naquele momento, em que se discutiam tão apaixonadamente os temas do desenvolvimento, como o nosso orador – Lincoln Bernardes – mencionou há instantes, nós estávamos, todos, envoltos em debates às vezes um tanto abstratos. Mais tarde, no Chile, portanto depois de 64, também eu atingido pelo mesmo vendaval de perseguições e tive que deixar o ensino na Universidade de São Paulo e ir para o Chile. A grande discussão era saber o que aconteceria com nosso continente e com os países subdesenvolvidos, em função da existência de fortes vínculos de dependência.

Na época, argumentei que, a despeito de tudo, era possível o desenvolvimento. Escrevi um livro com um companheiro meu, chamado Enzo Faletto, “Dependência e Desenvolvimento na América Latina”, cuja tese, ao contrário do que foi dito mais tarde, era de que, sim, seria possível haver desenvolvimento a despeito de existirem vínculos de dependência.

Na época, isso era heterodoxo. Fui a vida todo heterodoxo. Acho que ainda sou. Quer dizer, a coisa que menos me deixa feliz é, simplesmente, concordar com a maré dominante. É difícil para o Presidente da República não concordar com a maré dominante. Mas eu continuo não concordando, muitas vezes, com a maré dominante. Não concordava naquela época. Nem sempre a maré dominante vem da direita. Às vezes, vem da esquerda. Naquela época, vinha da esquerda. Dizia-se que era impossível haver desenvolvimento por causa da dependência, e nós nos contrapusemos a isso dizendo: “É possível, sim”. Até porque era tão óbvio que o Brasil crescia e se transformava, como ocorria em muitos outros países.

Mais adiante, na mesma onda que era inspiradora das pessoas que tinham participação ativa na vida política e cultural – e continuo me referindo a Jayme Azevedo Rodrigues e aos seus companheiros – havia, também, outra

idéia contra a qual me insurgi, a de que, na verdade, o autoritarismo, então vigente, não só no Brasil, mas em vastas partes da América Latina e do mundo, era exigência do capital. Explicação mecanicista que satisfazia as mentes menos elaboradas e menos curiosas, e que dava a impressão de que com isso entrávamos no reino dos céus. Dizia-se que não haveria possibilidade de democracia porque “o capital” não permitia algo totalmente contraditório com a história do próprio capital, mas que, na época, dominou as mentes, os corações e as universidades. Era indiscutível para muita gente que o autoritarismo era o subproduto do capitalismo. Opus-me a isso também e, naturalmente, ao me opor a isso, sempre fui percebido como “heterodoxo da heterodoxia”, porque não estava de acordo com a heterodoxia prevalecente, que afirmava que o capital impunha o autoritarismo, e eu não concordava com essa simplificação.

O fato de justificar que o capital não impõe o autoritarismo não justificava o “capital” tampouco. Nós, de lá para cá, mudamos bastante. Na época em que esses fatos aconteceram, vivíamos filiados a um Ocidente que era fictício e maniqueísta. A tendência ao pensamento binário é muito perigosa e muito comum: “ou está comigo, ou está contra mim”; ou está com o bem, ou está com o mal; ou está com o Ocidente, ou está contra o Ocidente.

Nós não devemos desprezar o que aconteceu aqui, que correspondeu a uma intensa permuta civilizatória que fez do Brasil uma variante que é original na cultura ocidental e que um outro diplomata ilustre, José Guilherme Merquior, chamava de “um outro Ocidente”. Pode parecer uma observação meramente qualificativa, mas não é. É um outro Ocidente. É Ocidente, mas é um outro Ocidente.

Sobre os momentos de desenvolvimento do pensamento econômico, o professor Mendonça de Barros já os adestrou suficientemente na matéria, posto que é mestre. Uma vez, escrevi um artigo sobre o pensamento latino-americano na CEPAL, que incluía todos os que, então, éramos ativos nessa questão. O ensaio, chamava-se “A originalidade da cópia”. E eu dizia que o que nós fazíamos aqui era uma cópia. Mas era uma cópia original.

Isso vale para a questão do outro Ocidente. Nós somos uma cópia do Ocidente, mas uma cópia original. E se não percebermos essa espécie de dualidade, ambigüidade e contradição, ao gosto de cada um, não vamos entender nem mesmo a nossa posição no mundo, a nossa diplomacia. Temos que ser sempre Ocidente, mas um outro Ocidente. Às vezes, chamo de Extremo Ocidente. Variamos as expressões, mas essa é a nossa situação. E, portanto, nós temos que raciocinar sempre nesses termos.

Com o retorno da democracia, tivemos muito melhores condições de assumir, de explicitar o que nós somos: uma nação onde existe pluralismo. O

pluralismo cultural, político, étnico e religioso e cuja identidade se revela através do que somos capazes de criar, de produzir e no que nós acreditamos. Isso se revela também na nossa ação internacional, na nossa ação externa.

O Ministro Celso Lafer tem falado de uma “moderação construtiva”, que definiria, desde sempre, o comportamento da diplomacia brasileira. Moderação construtiva. Quando o Ministro Celso Lafer e eu estávamos na universidade, longe daqui, nós dizíamos que nos filiamos – a expressão é da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, à qual eu nunca pertenci – à “escola intermédia”. E o Ministro Celso Lafer é adepto da “escola intermédia”. E isto significa, de alguma maneira, essa moderação construtiva.

Não se tome a expressão, nem “escola intermédia”, nem “moderação construtiva”, como falência de vigor na determinação. Nem se tome como uma capitulação diante do argumento do outro, senão que se tome como essa capacidade nossa de plasticidade, de pluralismo, de entender que é preciso haver o que ele chamou de moderação construtiva. É preciso entender o outro, é preciso não ter, portanto, nenhum amor a qualquer forma de totalitarismo ou de pensamento simplista de tipo binário. É isso que permite ao Ministro Celso Lafer esta formulação: saber que temos que lidar sempre com uma multiplicidade de interlocutores. Isso nos impõe mais responsabilidades. Isso é visível em tudo.

No caso do Mercosul, é claro que a nossa vocação sul-americana vem logo ao primeiro plano. Mas não podemos estar alheios por causa do Mercosul ao destino do nosso hemisfério todo, que nós queremos que seja coeso, que seja integrado e que tenha, o que é o mais difícil, equidade.

Nessa mesma linha de reconhecimento do que nós somos, é claro que ao mesmo tempo em que nos sentimos parte do Mercosul (e isso sempre foi assim desde os nossos maiores, na preocupação com a Bacia do Prata), temos junto o sentimento de América do Sul e, também, a compreensão de que somos parte de um hemisfério.

Ainda recentemente, num dos jornais de São Paulo saiu um artigo também interessante, para o qual me chamou a atenção o Ministro Lafer, a respeito do Abade Serra. Era um personagem do começo do século XIX e, já naquela época, havia um fluxo de pensamento, no caso luso-brasileiro, com o pensamento jeffersoniano e com a Doutrina Monroe. Nós, desde sempre, tivemos a vocação para afirmarmos a nossa circunstância regional, local, e um sentimento de que devemos nos integrar ao hemisfério todo. Mas como é que nós podemos deixar de nos sentir cada dia mais próximos da Ásia, nesse momento em que somos parceiros de tantos projetos, e em que temos aqui, dentro de nós, populações asiáticas que convivem bem, desde os de origem japonesa, de ori-

gem coreana e de tantas outras mais?

Temos parcerias. Nós não estamos fazendo satélites com a China? Estamos fazendo satélites com a China. Nós não temos investimentos vultosos japoneses no Brasil? Não estamos preocupados em ganhar os mercados, não só da China e do Japão, como através de Cingapura os outros mercados asiáticos? Os mercados da Malásia e quem sabe os da Índia? Nós estamos discutindo patentes com a Índia? Então, não podemos esquecer que a nossa circunstância sul-americana nos leva, também, a abrir os olhos para outros lados do mundo. Temos esse sentimento que é universalista. Por isso, temos que acompanhar o cotidiano da vida internacional, em tudo que ela tem de promissor e, claro, também no que ela traz de inquietante e de ameaçador.

Com essa nossa multiplicidade, essa nossa plasticidade ocorrem momentos de coesão, que ultrapassam diferenças até de gerações. O que foi dito pelo nosso orador, recentemente formado, é o que eu penso, a despeito das nossas diferenças de idade e de posição. Vê-se que, nesse momento, diante do que aconteceu nos Estados Unidos, no dia 11 de setembro, houve um sentimento que foi unânime.

Esses atos terroristas provocaram a mais veemente condenação. Eles ferem, obviamente, tudo que temos de mais básico na humanidade e também tudo que caracteriza a nossa formação cultural, para não falar da repulsa constitucional ao terrorismo, pois a nossa Constituição repudia o terrorismo sob todas as suas formas. Não precisamos de nenhum tratado internacional para que o Brasil se alinhe contra algo que fere profundamente os nossos valores.

O Brasil tomou uma posição ativa no hemisfério e chegamos a invocar o TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – porque era preciso deixar bem claro que o terrorismo não é aceitável por nós. Pense-se o que se pensar do tratado. É o disponível. E ele dá um marco jurídico para que possamos expressar o nosso repúdio, baseado na nossa Constituição e na existência de um ordenamento jurídico internacional que nos leva a isso.

Mas cabe também dizer que, além dessa disposição do Brasil no plano internacional, estamos, em função dos nossos valores, reforçando as medidas necessárias, como já disse mais de uma vez, nos nossos aeroportos, nas nossas fronteiras. São medidas muito fortes que temos que tomar, crescentemente, quanto à lavagem de dinheiro, contra o dinheiro do narcotráfico, contra o dinheiro da corrupção, o contrabando de armas e, eventualmente, contra os recursos que possam passar por esses mecanismos através da lavagem de dinheiro para chegar até o terrorismo.

É claro que isso implica também uma posição ativa no concerto das nações, no sentido de que se imponham controles maiores aos paraísos fiscais. É

o momento, como disse o nosso querido Professor Mendonça de Barros, na crise, de utilizar as oportunidades. É uma oportunidade para certas revisões profundas da condescendência que há no sistema internacional para o delito, porque esses paraísos fiscais são, realmente, fontes que abrigam o delito.

Agora, essa luta, claro, não é exclusiva de um país, ou de um grupo de países. É uma luta de toda a comunidade internacional. É preciso que o Brasil ajude um equacionamento mais duradouro desse problema que nos aflige no mundo de hoje e diante da reação militar que está em curso. Obviamente, nós todos esperamos ardentemente que o número de vítimas seja o menor possível. Não faço mais do que repetir o que ouvi do Presidente Bush antes dos acontecimento e, agora, mais recentemente, do Secretário Powell, nessa direção. Mas sabemos todos nós que guerra é guerra, é horrível sempre, e produz sempre efeitos negativos.

Temos que refletir sobre o aperfeiçoamento dos padrões de convivência internacional. Não basta, simplesmente, repudiar o terrorismo. Não basta contermos uma ação muito direta aqui, no Brasil, para evitarmos que fenômenos dessa natureza possam ser aninhados por aqui. Mas é preciso, ao mesmo tempo, uma ação pró-ativa no que diz respeito à ordem internacional, para mostrar que a razão há de prevalecer. Isso faz parte do nosso *ethos*.

Esta moderação construtiva é um apelo à razão. Não é simplesmente uma acomodação. É negação da acomodação e é um apelo à razão. O apelo à razão não pode servir de pretexto para o não-repúdio à ação irracional que é o terrorismo. Mas pode servir de alerta para que deste repúdio à ação internacional terrorista não advenha uma situação que seja negativa para a ordem internacional e para a manutenção dos valores que nós aqui, deste “outro Ocidente”, prezamos muito, como o pluralismo, as vozes polifônicas que têm de ser, realmente, ouvidas.

E é com esse propósito que estou mandando uma carta a muitos dos líderes mundiais, reafirmando algumas dessas posições do Brasil. E é também com esse propósito que irei, pela primeira vez, à Assembléia Geral das Nações Unidas, aonde normalmente tem ido o Chanceler. Cabe ao Brasil a abertura, por tradição, da Assembléia da ONU. Dessa vez, irei pessoalmente para poder, de viva voz, expressar o sentimento de todos nós, que é, de alguma maneira, o que nós estamos aqui tratando de reviver no dia de hoje.

Essa oportunidade que se nos abre é uma oportunidade para tornar o ordenamento internacional mais imune ao irracionalismo, à intolerância e à exclusão. Isso implica uma reafirmação da democracia como valor universal. Mas também devemos saber, ao mesmo tempo, valorizar os mecanismos de proteção internacional dos direitos humanos.

O ato simples de assinatura do instrumento que enviamos ao Congresso Nacional, relativo ao Tribunal Penal Internacional, faz parte disso. E eu me senti honrado e emocionado de fazê-lo diante de duas amigas: Eunice Paiva, que foi companheira de tantos anos – nos conhecemos há tantos anos – e Clarice Herzog. Fomos amigos, sempre, do Rubens Paiva que mataram, do Vladimir Herzog – o Vlado – que mataram. Vlado e Clarisse foram meus alunos. Hoje, ao assinar este ato relativo ao Estatuto do Tribunal Penal Internacional, eu o fiz em homenagem à memória deles e à memória de tantos outros que foram vítimas do arbítrio. O arbítrio não pode ter abrigo entre nós. O arbítrio, às vezes, requer uma penalização que vá além do limite da fronteira nacional. Pode ser controvertido, mas foi a nossa posição.

Nós a assumimos com força esta posição em Roma porque há crimes que são crimes contra a humanidade. Se não há um tribunal, existe o arbítrio também na penalização, existe a discriminação, que não é aceitável. Não é aceitável que uma nação julgue o crime praticado por outra pessoa numa outra nação. O que é aceitável é que certos tipos de crime sejam realmente julgados por mecanismos internacionais que dêem a legitimidade para que se possam coibir as violações dos direitos humanos.

Há, portanto, uma agenda que é bastante ampla. Essa agenda começa com a reafirmação da democracia, uma prática concreta de apoio às instituições democráticas, jurídicas, que tem validade internacional para coibir a transgressão que se faça em nome do que seja, mas vai além disso. Nós precisamos estar mais firmes também na construção de uma nova ordem e – repito o óbvio, mas o óbvio tem que ser repetido – sem as assimetrias no comércio internacional e nas finanças.

A posição do Brasil nessa matéria tem sido, sempre, muito firme e consolidada. Estamos repudiando o terrorismo, dando apoio, sem dúvidas, àqueles que hoje têm o direito de reagir contra a punhalada que receberam nas suas costas e que feriram as costas de todo mundo, inclusive de brasileiros. Feriram, realmente, as costas da humanidade pela violência do ato praticado. Se nós damos esse apoio, isso não nos pode fazer esquecer outros temas. Temos um compromisso nosso com a humanidade, com os interesses do nosso país, os interesses nacionais, com os valores fundamentais da democracia. Temos que ir além e insistir nos nossos temas sobre o comércio e sobre as desigualdades que existem, não só no comércio, mas também no plano das relações financeiras.

É claro, aqui existe uma ansiedade muito grande, nesse momento, sobre o que ocorrerá com a Organização Mundial do Comércio. Nós estamos nos preparando para uma nova rodada de negociações, que será em Doha. Vamos

ver como se realizará essa rodada. O importante é que o Brasil está firme nesta matéria.

Ainda ontem, numa conversa com o alto comissário europeu para assuntos agrícolas, o Ministro Lafer presente, discutimos essa questão com muita insistência. Não podemos concordar em que essa nova rodada se faça não abrindo a discussão dos temas agrícolas, que são os que interessam, vitalmente, aos países mais atrasados e mesmo aos países emergentes, como é caso do Brasil. Queremos, sim, uma nova rodada. O Brasil tem que assumir sua responsabilidade histórica. E assumir certa liderança sem ter, a todo instante, cuidados excessivos. Precisamos falar mais forte nessa matéria. Falar mais forte não é o se recusar a sentar à mesa.

O Ministro Lafer teve a generosidade de citar uma frase que eu disse de improviso em Palmas, no Tocantins. Mas penso seriamente nela, no conteúdo dela, não na frase, ou seja: nós não podemos continuar a ter medo de sentar à mesa. Devemos ter medo é de não sermos capazes de, sentados à mesa, argumentar. E sentados à mesa, defender o interesse nacional. Não se defende mais o interesse nacional no isolamento. É impossível. Defende-se o interesse nacional discutindo, organizando alianças, fazendo propostas realistas, aceitando que haja um tempo para que essas questões se ajustem, mas nunca cedendo no rumo, nos objetivos e em construir um caminho.

De novo, agora, temos essa oportunidade. E caberá aos nossos diplomatas, junto com os homens do comércio exterior – enfim, é uma tarefa de todos nós e de liderança, que eu assumo – levar adiante essas discussões sobre a Organização Mundial do Comércio, com esse espírito, que é o espírito que vai honrar Jayme Azevedo Rodrigues, Raúl Prebisch, assim como o dos que morreram para manter a democracia que permite que haja a reiteração desses valores, a todo instante. Temos que avançar nessa direção.

Não podemos nos calar, também, diante das turbulências financeiras. Inúmeras vezes – e não só eu – temos alertado para os riscos da vulnerabilidade das finanças internacionais. Vou continuar a fazer isso. Continuaremos a fazer com firmeza. Cada vez que eu me refiro a uma proposta de um grande economista americano chamado Tobin – a Taxa Tobin – uma parte do mundo vem abaixo, o mundo interno, o meu próprio mundo. Por quê? Porque não é “prudente”, porque a Taxa Tobin é considerada como alguma coisa que pode ferir interesses muito fortes. Mas não é só isso. Ela não é “prática”.

Uma pessoa pela qual nutro grande admiração, Amartya Sen, que é um economista nascido na Índia, professor em Harvard, recentemente deu uma entrevista num desses canais fechados, em que dizia que, em tese, é favorável à Taxa Tobin, mas sabe da sua impraticabilidade. Depende do que é a

impraticabilidade. A Taxa Tobin, se me permitem a expressão mais simples, é a CPMF no mundo. No Brasil, os economistas não gostam da CPMF – nem vou olhar para o José Roberto, ao dizer o que vou falar agora – porque ela distorce uma série de custos. E a CPMF no mundo, além de, eventualmente, distorcer custos, tem um outro problema: ou todos a adotam ou os países que não a adotarem levarão vantagem sobre os que a adotarem. Bom, é verdade. Mas não deixa de ser verdade que existe um problema sério de volatilidade de capitais. E não deixa de ser verdade que existe um problema sério de falta de recursos para promover o desenvolvimento em escala mundial.

Não deixa de ser verdade que uma pequena contribuição desses trilhões que flutuam pelo mundo daria recursos mais que suficientes ao Fundo Monetário Internacional para que ele pudesse, efetivamente, funcionar mais à moda sonhada por Keynes, de ser um banco central dos bancos centrais, provendo a liquidez do sistema. Também daria muitos recursos ao Banco Mundial, para que ele pudesse ter uma ação mais efetiva na promoção do desenvolvimento, e para que nós pudéssemos ver o combate a certas moléstias incriveis como AIDS. Fala-se da África, mas não é só na África. Não existem recursos suficientes para que, em nome da humanidade, nós possamos nos contrapor a essas tragédias. Algum mecanismo há de ser encontrado.

Eu me refiro à Taxa Tobin porque ela é heterodoxa. Sou heterodoxo na heterodoxia. Sei que ela também não pode ser aplicada. Nós vamos então inventar algum mecanismo que facilite tudo isso. É um escândalo que o Banco Mundial disponha hoje de créditos não muito maiores que o BNDES do Brasil. Isso é bom para nós. Mostra que o BNDES empresta bastante, mas é ruim para o mundo. O BNDES empresta quase tanto quanto o Banco Mundial. Ou seja, o papel do Banco Mundial é pálido diante das agruras do mundo.

O programa de distribuição de alimentos que nós tínhamos aqui no Brasil, o Prodea, distribuía mais cestas básicas do que a ONU faz no mundo. E o Brasil se queixa sempre de que é insuficiente. Imagine-se o mundo. E nós vamos assistir a isto? Nós vamos assistir a mais um milênio em que os grandes problemas do mundo não podem ser equacionados porque falta sentar à mesa com força e exigir? Não é possível.

Isto tudo deriva do fato de que, se é verdade que a economia está globalizada, as decisões de políticas não estão globalizadas. Estão concentradas. E não podemos deixar de insistir em melhorar e em aperfeiçoar os mecanismos que existem. Eu me referi ao Fundo Monetário e ao Banco Mundial. Nós, hoje, dispomos de um outro organismo chamado G-20, mais amplo do que o G-7 e que contempla países como o Brasil, como a Índia, como outros mais. É um mecanismo de negociação das questões financeiras.

Não há dificuldade em dar mais força ao G-20 e reconhecer que o G-7 e o G-8 não podem nem mais se encontrar em paz. Quando se encontram, não têm condições de legitimidade para decidir questões que, realmente, coíbam o não atendimento das suas decisões ou que, melhor, reforcem positivamente as suas decisões. Por que então não forçarmos mais para que o G-20 seja, progressivamente, um órgão que tenha não apenas a capacidade que tem hoje de sugestão no campo econômico-financeiro, mas, também, uma força para a sugestão política na construção de uma nova ordem, que seja uma ordem mais igualitária? Isso não para substituir o Conselho de Segurança das Nações Unidas, nem a Assembléia Geral.

Precisamos voltar a discutir a ampliação do Conselho de Segurança. A Assembléia Geral das Nações Unidas é mais ampla, mas há de se reconhecer que é impossível que se tomem as decisões pelo voto da maioria de nações que muitas vezes são fruto descolonização, sem peso para tomar voz no mundo.

Algo intermediário precisa que ser criado. Por isso, falo do G-20. Por isso, falo da necessidade de termos um Conselho de Segurança mais atualizado e mais legítimo.

Naturalmente, no momento em que se voltar a discutir esse conjunto de questões, tem que ser reafirmado: o mundo novo, os novos atores já estão funcionando. Não são só os Estados que participam das decisões. Hoje, nós temos organizações não-governamentais, as empresa multinacionais, sindicatos que têm suas organizações internacionais, preocupações com os direitos humanos, preocupações com a ecologia que transcendem os atores tradicionais e que hão de ser partícipes dessa nova negociação. Mas têm que ser partícipes organizados e não partícipes na rua, gritando. Têm que ser partícipes dentro das instituições, discutindo para que elas se aperfeiçoem, para que uma nova ordem seja mais eficaz, para que suas decisões tenham mais legitimidade.

Perdoem-me se saí um pouco do estritamente usual nessa matéria, e me fiz ouvir sobre questões que estão ainda em fase de definição e sempre em cooperação estreita com o Itamaraty. Mas os jovens diplomatas são os que – espero – terão a sorte de realizar aquilo que, na minha geração, foi apenas sonho. Mas terão a sorte de realizar. Estão vivendo em um mundo que, se é um mundo de mais percalços, de mais incertezas – e todos nós falamos sempre das incertezas – é também um mundo de maiores possibilidades, muitíssimas possibilidades. Não podemos perder esse sentimento das possibilidades. Não podemos ficar simplesmente paralisados pela irracionalidade do terrorismo ou inermes diante de outras irracionalidades como a exclusão, a não aceitação da necessidade da colaboração do novo Ocidente com o velho Ocidente, que é um espírito de maior

transigência, de maior tolerância, de maior respeito e de maior humildade.

Somos obrigados a sermos humildes. Alguns até não gostariam de ser, mas não há jeito. Não temos força para não ser. Esse sentimento é positivo se for assumido pelos que não precisam ser humildes porque são muito fortes. Mas não há força que resolva todas as questões da humanidade. Trágicos foram os acontecimentos de 11 de setembro, que levaram os Estados Unidos a uma posição correta: dialogaram, buscaram alianças, conversaram, estão preocupados para não ir além do necessário para coibir o terrorismo. É um novo momento, com tudo que tem de preocupante e, quem sabe, com tudo que tem de esperança.

Devemos estar atentos às esperanças, e as nossas esperanças estão em vocês, bem preparados, bem treinados, afinados com o sentimento do país. Não devemos nos descurar nunca do que Machado de Assis chamava de “instinto de nacionalidade”. Não há contradição entre mantermos o instinto de nacionalidade, aquilo que nos é próprio, que é nosso, nosso interesse, mesmo quando dito de uma maneira não formal, não pomposa, e o sentimento do mundo, para juntarmos Machado de Assis com Drummond de Andrade. Se nós formos capazes de, ao fazê-lo, contaminar o mundo com esse espírito, teremos dado a nossa modesta contribuição para que o amanhã seja melhor.

Confiamos em vocês para que ajudem a construir um amanhã melhor. Tenho certeza de que o farão.

Muito obrigado.

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO DIA DA CULTURA

Palácio do Planalto, 7 de novembro de 2001

Senhor Vice-Presidente, Marco Maciel,
Senhor Ministro da Cultura, Francisco Weffort,
Senhores Ministros de Estado,
Senhor Governador de Pernambuco,
Senhores Parlamentares,
Senhores Embaixadores,
Senhor Vice-Governador de Goiás,
Nossos caros agraciados,
Senhoras e senhores,

É com imenso prazer que volto a presidir a cerimônia de outorga da Ordem do Mérito Cultural. Pelo sétimo ano consecutivo, o Governo Federal presta tributo a artistas, intelectuais, empresários e lideranças políticas que se fazem presentes na causa maior de promover o Brasil e sua cultura.

Desta vez, a homenagem também contempla instituições. E que instituições! É só ver a alegria de todos nós ao homenagearmos nossas escolas de samba. É só ver o prazer estampado no rosto não apenas daqueles que recebem, mas de todos nós que assistimos, com emoção, para entender o que significam essas instituições para nós, brasileiros. As escolas de samba estão aqui representadas por Mangueira, Portela, Império Serrano e Vila Isabel, que cito sem ordem de precedência, merecedoras como são de igual estima dos cariocas e de todo o povo brasileiro.

Como disse o Ministro Francisco Weffort, a cerimônia deste ano tem como tema a matriz negra da cultura brasileira.

O tema é um convite ao conagraçamento, à festa, mas também à reflexão. A melhor reflexão já foi feita aqui. O Ministro Weffort conhece os caminhos da cultura brasileira como ninguém e fez uma exposição, como é habitual nessas cerimônias, realmente brilhante.

Costumo dizer que o Brasil traz consigo o paradoxo de ser um país, ao mesmo tempo, culturalmente integrador e socialmente injusto. E até mesmo excludente. Queremos, com isso, ressaltar o desafio que essa questão traz a todos nós, Governo e sociedade. O desafio é o de estender a plasticidade que informa nossa vida cultural à esfera das relações sociais, reduzindo distâncias, atenuando diferenças e fazendo do Brasil uma sociedade mais justa e solidária.

O Ministro Francisco Weffort acaba de nos lembrar que essa tarefa é mais complexa do que muitos presumem, a começar pelo fato de que muito resta a ser feito para que o próprio mundo da cultura seja efetivamente aberto e democrático. A plasticidade cultural não é uma panacéia.

É verdade que o Brasil talvez seja singular enquanto espaço de inter-

câmbio cultural. Aqui etnia alguma resiste ao fascínio da troca de valores e experiências, em um diálogo inesgotável, do qual só temos a ganhar, como povo, como civilização. Mas também é verdade que essa permuta civilizatória não se deu de uma maneira tal que todas as culturas envolvidas obtivessem igual reconhecimento.

Sabemos do verdadeiro processo de expropriação cultural de que foi vítima a comunidade negra ao longo da História. Foi-lhe negada a paternidade de muitos dos mitos, conquistas e heróis que hoje povoam o imaginário do povo brasileiro.

Joel Rufino, já tantas vezes citado por Francisco Weffort, falou, com razão, de um “branqueamento” da memória nacional. Na imensa galeria de escritores, poetas, músicos, escultores e pintores de descendência africana que o Brasil produziu, muitos se viram maquiados por seus contemporâneos, que não os aceitaram negros e, ao mesmo tempo, iluminados. O Ministro Francisco Weffort deu alguns exemplos, dentre os muitos que temos no nosso país.

Há muitos anos, em minha tese de doutoramento - o Ministro Francisco Weffort fez referência ao fato de eu ter trabalhado sobre este tema, e é verdade, mas não vou fazer nenhuma preleção sociológica, não tenho mais a possibilidade de fazê-lo -, mas quando escrevi minha tese de doutoramento, há muitos anos, há mais de 40 anos, denunciei a violência que era sistemática e deliberadamente praticada contra a cultura dos escravos pelo senhores brancos. Isso era visível.

Mas o Brasil de hoje, apesar da manutenção de muitos desses traços, da falta de reconhecimento da cultura negra, é um Brasil melhor do que o de quarenta anos ou cinqüenta anos atrás.

Se me permitem, conto um pequeno episódio. Nos anos 50, fui, uma vez, ao Rio de Janeiro, a uma reunião no Palácio Itamaraty, no Salão dos Índios. Os que são diplomatas, aqui, conhecem de cor e salteado esse salão. É muito bonito. E eu estava fazendo meus estudos sobre relações raciais no Brasil. Foi uma reunião promovida pela Unesco. Isso, repito, foi nos anos 50. Eu era, portanto, bastante jovem, não tinha nem 30 anos. Fui com todo o ardor e, quem sabe, alguma ingenuidade. A reunião era internacional. Expus o que eu tinha pesquisado. E disse que havia preconceito de raça no Brasil.

Bom, a pessoa que presidia a reunião, quando terminou, me chamou a um canto e disse: “Olha, por pouco eu não botei você para fora, porque você está denegrindo a imagem do Brasil”. Era assim. Hoje, nós reconhecemos a existência dessas diferenças. Nós reconhecemos que até a memória negra foi expropriada. E sabemos que há muito por fazer. Se eu conto esse pequeno episódio pessoal, é porque o Brasil mudou. Mudou para melhor porque hoje

podemos proclamar, em alto e bom som, o orgulho que temos da cultura negra no Brasil.

E é preciso dizer que somente graças a um esforço obstinado de resistência, os negros puderam continuar a se manifestar como negros, em campos como a música e a religião. Nomes como Manoel Bomfim, Mário de Andrade, Gilberto Freyre foram muito importantes para demarcar o papel do negro e também do mestiço na evolução da cultura brasileira. Isso para não falar do tenaz trabalho de resgate da memória que tem sido desenvolvido, ao longo das últimas décadas, pelo movimento negro no Brasil.

Mas o fato é que ainda é inaceitavelmente amplo o número de brasileiros que não sabem o que Ministro Weffort disse aqui há pouco, com toda naturalidade: Castro Alves, Machado de Assis e Carlos Gomes eram mestiços no sangue. E em tudo que de mais belo criaram. Não se trata somente da mestiçagem no sangue, mas na alma, que é o lado único dessa nossa cultura mestiça.

Daí a necessidade imperiosa que temos de reforçar a consciência nacional sobre os feitos do Brasil negro e mestiço. E daí a razão de meu empenho, como Presidente da República, em assegurar que a História brasileira seja ensinada nas escolas de maneira mais justa e isenta. Introduzimos o tema da diversidade cultural nos currículos escolares e providenciamos a revisão do conteúdo dos livros didáticos, afastando os estereótipos negativos. E não só contra negros. Contra índios, mulheres, enfim, fizemos uma revisão completa no material didático que era ensinado secularmente no Brasil.

Como disse o Ministro Weffort, Zumbi deixou de ser um perturbador da ordem, um subversivo, para ser um herói nacional. Mandeí escrever o nome do Zumbi no livro dos Heróis da Pátria, para mostrar que ele, realmente, é um herói nacional, com H maiúsculo.

É essa a linguagem que os nossos filhos e netos encontram agora nos manuais de História; uma linguagem sem preconceito, que esclarece e, por isso mesmo, ao esclarecer, redime. Mas sabemos que mudança alguma no plano das mentalidades se sustenta sem que a realidade econômica e social responda a impulsos semelhantes, na mesma direção. Para que avancemos no sentido de erradicar o preconceito racial no Brasil, é também indispensável que se promova a continuada elevação do bem-estar econômico e social da população negra.

Retomo um discurso que vem de longe, de muito longe. Ainda no início do século passado, Rui Barbosa já falava da necessidade de uma segunda emancipação, que assegurasse a integração dos negros no processo produtivo.

Se me permitem acrescentar uma outra nota pessoal, estudei a questão dos negros no sul do Brasil. Escolhi o sul do Brasil porque é onde há menos negros, ou havia menos negros. Ainda há menos negros do que noutras áreas, mas a escolha não se deu só por isso. O modo pelo qual o negro se integrava ao processo produtivo - e Rui Barbosa está pedindo uma segunda emancipação para assegurar a integração - foi, no Sul, diferente do resto do Brasil. Por uma razão simples: no Sul havia uma exploração de charque. O charque - carne seca - tratado de certa maneira, era exportado, depois, para outras províncias do Brasil, e até para as Antilhas e Cuba, porque era comida para escravos. E era produzido no Rio Grande do Sul sob a forma de produção em série. Então, fiz um estudo para ver quais eram os limites da utilização do escravo como mão-de-obra em um regime que era capitalista e que estava voltado para a exportação.

O fato é que - não vou entrar nos detalhes das características desse modo de produção, do processo produtivo -, mas o fato é que o negro no Sul, sobretudo em Pelotas, na cidade de Rio Grande, nas áreas onde havia produção de charque, era urbano. E, como a produção não era contínua - a produção cessava, em certas épocas da entressafra do boi -, ele, o negro, aprendia outras funções.

Então, quando houve a abolição da escravidão, os negros do Rio Grande do Sul tiveram melhores condições de integração ao processo produtivo, porque tinham ofícios, eram urbanos. Isso permitiu uma certa ascensão social dos negros. Consegui descobrir, na cidade de Rio Grande, um jornal publicado pelos negros, que se chamava "Floresta Aurora", nome, até hoje, de um clube de negros - era de negros -, em Porto Alegre. E eu li esse jornal. É um material muito interessante porque, no século XIX, negros, escravos e não escravos, libertos, produziam já um jornal.

Isso mostra a importância da preocupação de Rui Barbosa, o significado da integração do negro no modo produtivo. No sul, foi possível uma ascensão social mais rápida. Foi possível encontrar negros nas escolas, depois negros professores, funcionários públicos, juízes, porque seus ascendentes haviam tido uma inserção maior no processo produtivo.

Lembro que também Joaquim Nabuco já dizia que não bastava lutar contra a escravidão, era preciso lutar contra a obra da escravidão. O fato é que continuamos tendo que lutar, hoje, contra a obra da escravidão, contra uma sociedade que é excludente, cuja exclusão data da escravidão e data do momento em que isso se tornou mais forte. Os negros, que eram massacrados mas tinham uma inserção no processo produtivo, com a Abolição, perderam essa inserção e formaram a primeira camada de pessoas sem ocupação, produzindo

verdadeiras situações de anomia nas próprias famílias e na sociedade.

Daí porque foi a mulher negra quem permitiu uma inserção mais rápida. Fugidos da lavoura, refugiados na cidade, os negros não tinham o que fazer, não tendo do que se ocupar. O sustento passou a ser, em grande parte, assegurado pelo trabalho da mulher negra, como doméstica, depois como costureira. O culto que existe da mãe negra, da mulher negra decorre do fato de que a figura fundamental da sociabilidade negra, da família negra passou a ser a mulher.

José Bonifácio também merece ser lembrado em sua defesa de que os negros, uma vez libertos, fossem assistidos pelo Estado, inclusive com acesso a terra. O pleito por uma nação mais igualitária e reconciliada com suas origens é, portanto, tão antigo quanto o Brasil independente. Como antiga é a resistência do atraso a que o país reconheça o débito com sua maioria marginalizada, condição sem a qual, como já antecipava Bonifácio, “nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis, felizes”.

Mas estamos, certamente, mudando. E mudando como? Pela mobilização da sociedade.

Aqui, quero ressaltar o papel do movimento negro para que isso ocorra, para que essa destruição da obra da escravidão que restou estratificada em nossa sociedade possa ser, realmente, eliminada para as gerações futuras.

É claro que o primeiro passo para isso tem de ser, como foi, a denúncia da ocorrência de racismo no Brasil. Se não houvesse essa denúncia, com contundência e clareza, não iríamos continuar, realmente, o trabalho de demolição do que foram as instituições escravocratas. E, daí, se seguiu um amplo leque de políticas públicas dirigidas à comunidade negra.

O Ministro Weffort já disse que tivemos de inovar na área institucional para integrar o negro, crescentemente - e ainda não está integrado - ao processo de tomada de decisões. Daí a criação da Fundação Palmares, do grupo de trabalho interministerial para a valorização da população negra, do grupo de trabalho para a eliminação da discriminação do negro no emprego e na ocupação e, mais recentemente, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, que são instituições necessárias e importantes para que se possa continuar nessa tarefa de reconstrução de uma ordem democrática, de demolição do que restou das instituições escravocratas no Brasil.

Lembro que a decisão de criar esse Conselho Nacional surgiu no processo de preparação da participação brasileira na Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, que foi realizada em Durban, na África do Sul, em setembro deste ano. Lá, nós tivemos uma participação bastante forte, bastante ativa de brasileiros negros e não negros, todos lutando para que exista

uma atitude de alerta contra o eventual recrudescimento do racismo.

Também foi nesse mesmo espírito de avançar na direção da integração do negro que garantimos a representação da comunidade negra no Conselho Nacional de Educação, uma reivindicação antiga e necessária para que possa haver um maior equilíbrio nessa matéria.

Tomamos uma série de outras medidas no aparelho de Estado, sempre na mesma direção. Uma delas foi a de dar maior acesso à terra. Fizemos vingar o direito constitucional dos remanescentes dos quilombos à propriedade definitiva de suas terras. Graças ao empenho da Fundação Palmares, foi possível reconhecer inúmeras comunidades quilombolas. Os títulos de propriedade já começaram a ser emitidos. Essa prática deve ser intensificada no decorrer dos próximos meses, com apoio dos governos estaduais.

Evidentemente, ao lado disso, temos de ter a preocupação com a formação de recursos humanos. Estamos tratando de ajudar essa formação, sobretudo com o apoio do Comunidade Solidária. Também é muito importante ressaltar aqui o estímulo que se procura dar à igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, com a prioridade reservada à população negra no Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, o Planfor. Isto é uma clara política de ação afirmativa. Sou favorável a políticas de ação afirmativa. É preciso que haja clareza quanto a essas políticas para que possamos levar isso adiante. O Conselho Nacional de Combate à Discriminação, que foi criado, tem o objetivo de propor políticas de ação afirmativa que estabeleçam uma maior igualdade.

Criamos também um programa sobre a anemia falsiforme. Talvez muitos brancos, até hoje, nem tenham ouvido falar da anemia falsiforme. Mas a comunidade negra sabe que esta é uma moléstia que a prejudica enormemente. Precisamos ter programas especiais que prestem atenção ao assunto. Estamos fazendo isso.

No fundo, tudo faz parte de um grande movimento, que é o da formação da chamada “rede de proteção social”. Falo desta rede porque a população negra, normalmente, é o grupo que se encontra em maior número nas camadas mais pobres. Já disse inúmeras vezes, mas repito: quem quiser saber onde é que está a área mais pobre do Brasil, vá ao Nordeste, vá ao interior do Nordeste, às comunidades do Semi-Árido, vá procurar uma família negra onde o chefe de família seja mulher. Encontrará, aí, o nível mais elevado de pobreza.

Então, todos os programas dessa Rede de Proteção Social, de alguma maneira, são também programas de resgate dos negros no Brasil. Criamos muitos. Hoje, embora embrionário, mas já em funcionamento, temos um programa de bolsa-alimentação para as crianças de zero a 6 anos e também para as gestantes. Abaixo de um determinado patamar de renda, todos estão qualifica-

dos para esse programa. De 7 a 16 anos, temos a bolsa-escola, para os que estão na escola e provêm de família com nível de renda baixo. Já distribuímos 5 milhões de bolsas-escolas. Até o fim do ano, serão 11 milhões. Onze milhões significam, a grosso modo, 30% das crianças que estão em escola no Brasil. Nós temos 35, 36 milhões de crianças nas escolas. Dessas, 11 milhões, as mais pobres, terão bolsa-escola.

Da mesma maneira, levamos adiante o tratamento da questão dos idosos. Implementamos o que a Constituição mandava. Ninguém tinha implementado a Lei Orgânica de Assistência Social. Todos os idosos se qualificam, abaixo de um determinado nível de renda, para receber uma quantia em dinheiro.

Isso se faz, cada vez mais, de forma direta, ou seja, com um cartão magnético. Não existe a intermediação. Não é o vereador, não é o líder sindical, não é o padre, não é o prefeito, não é o presidente, não é ninguém. É a mãe de família, principalmente, a mulher, se possível, porque tem mais capacidade de saber o que falta para os filhos, ou é o idoso, ou a idosa. Vão diretamente receber aquilo a que eles têm direito. Portanto, não é só uma questão de assistência. Aliás, não é. É de respeito. É de cidadania.

Quando, algumas vezes, fui candidato, sempre me referi a que tínhamos no Brasil um Estado do mal-estar social. Falava-se muito de bem-estar social. O nosso Estado era um Estado de mal-estar social. Pois bem, estamos refundando esse Estado, para que se conte pelo menos com os fundamentos de um Estado que proveja bem-estar para as populações mais pobres.

Posso lhes dizer que estamos redistribuindo, neste ano, mais de 20 bilhões de reais para as populações carentes. O Imposto de Renda das pessoas físicas, que ocupa tanto espaço nas televisões, recolhe 22 bilhões. Praticamente todo esse dinheiro é transferido dos menos pobres - porque nem todos que pagam Imposto de Renda são ricos - dos ricos, dos menos pobres para os mais pobres.

Há, portanto, uma correspondência efetiva na noção de justiça social quando se faz um programa de proteção social com essa abrangência. Por mais que seja doído, porque dinheiro não se produz na máquina, coleta-se o imposto. Às vezes, é preciso corrigir os impostos e penalizar mais os que mais ganham para que nós possamos, efetivamente, fazer aquilo que todo mundo proclama, mas que é muito difícil fazer na prática, que é uma justiça efetiva, dando dignidade às pessoas.

Se falo dessas questões hoje é porque estou convencido de que, realmente, para que possamos ser capazes de levar adiante esse mesmo espírito com que nós estamos manifestando a nossa alegria pela tradição negra, pela

cultura negra, pela contribuição do movimento negro, nós precisamos, o conjunto da sociedade, de ter uma sensibilidade maior para mostrar que tudo isso não pode se resumir a palavras, senão que tem de se traduzir em práticas efetivas de maior igualdade.

Quero também agradecer o imenso esforço que tem sido feito pelo Ministério da Cultura, pelo Ministro Weffort. Já mencionei aqui a questão relativa à memória cultural. Estamos fortalecendo também os núcleos de estudos afro-brasileiros das Universidades, estamos preservando os sítios sagrados, as religiões afro-brasileiras. Já tombamos, por meio do Patrimônio Histórico, as casas de culto Axé Afô Afonjá e Casa Branca, ambas em Salvador.

Isso me dá uma grande satisfação. Porque, já foi dito, comecei a vida estudando a questão dos negros, trabalhei muito anos com dois eminentes professores que se ocupavam da questão negra - o Professor Florestan Fernandes e o Professor Roger Bastide. Impressionei-me muito quando fiz os meus estudos sobre as religiões negras, sobretudo o candomblé, com suas concepções, que me pareceram emblemáticas da maneira como os brasileiros convivem entre si e interagem com o mundo. No candomblé, o mal e o bem coexistem. São irreconciliáveis, mas são eternos. O bem prospera em função da sua ascendência, mas nunca líquida ou aniquila o mal. Exu tampouco faz sombra ao Olimpo. Isso é uma concepção muito interessante que existe na visão do candomblé. O mundo será sempre bom e mau ao mesmo tempo, para desalento dos maniqueístas.

Fico a me perguntar se não é exatamente assim que nós, brasileiros, costumamos sentir o nosso entorno. Nada nos soa absolutamente positivo ou irremediavelmente negativo. Somos refratários a lógicas binárias, onde as opções são mutuamente excludentes.

Convém ter isso presente num momento em que há tantos maniqueístas no mundo, num momento em que as pessoas querem simplificar as coisas: o bem está de um lado, o mal está do outro, uns são formidáveis, outros são horripídeos. O candomblé nos ensina que as coisas são um pouquinho mais complexas e que é preciso ter essa plasticidade para entender que, muitas vezes, o bem convive com o mal e é muito difícil separar o bem do mal. Temos que reconhecer a ascendência do bem sobre o mal, sem ficar a renegar a torto e a direito aqueles que achamos que são maus - e nos auto-considerando como bons.

Tenho me pronunciado nas últimas semanas contra o discurso do choque de civilizações. E continuarei a fazê-lo. Se não o fizesse estaria traindo não apenas as lições do candomblé, mas o espírito do povo brasileiro, que sempre soube matizar suas circunstâncias.

Um povo que repudia o terrorismo, mas se preocupa com as causas da

intolerância e da exclusão.

Um povo que é parte do Ocidente judaico-cristão, mas não se esgota nessa dimensão de sua cultura.

Isso que nós vimos hoje, essa vitalidade da herança africana, mostra que nós, brasileiros, temos presente, de fato, a lição do candomblé. Se me permitem, quero lhes dizer que não dá para ser intolerante. É preciso ver que existem o bem e o mal. Mas o mal maior é pensar que cada um de nós tem o direito de dizer o que é bom e o que é mau. É preciso mais humildade.

Por tudo isso, hoje é um dia de grande alegria. Quero terminar dizendo que tenho uma grande emoção de ser Presidente de um Brasil negro, de um Brasil mestiço, de um Brasil branco. Quero, portanto, terminar dizendo: Viva o Brasil de todos nós!

Muito obrigado.

